

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 146/2022
Data: 17/11/2022

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ANVISA AUTORIZA DESEMBARQUE DE TRIPULANTES DE CARGUEIROS NOVAMENTE NO PORTO DE SANTOS	4
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	5
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO 3º TRIMESTRE REGISTRA CRESCIMENTO DE 2,1%	5
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	6
APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA É REGULAMENTADA	7
TRECHO REVITALIZADO NA BR-316, NO MARANHÃO, RECEBEU R\$ 14 MILHÕES EM INVESTIMENTOS	7
EMPRESAS INTERESSADAS EM OFERECER BENEFÍCIOS A BONS MOTORISTAS TÊM REGISTRO FACILITADO	8
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA ROTA DOS CRISTAIS SERÁ NESTA SEXTA (18)	8
MECANISMOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA SERÃO TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA SEXTA (18)..	9
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	9
BOLETIM MACROFISCAL DA SPE CONFIRMA CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO EM 2,7% EM 2022.....	9
QUEDA DAS COMMODITIES TEM BAIXO IMPACTO NA ARRECADAÇÃO, DIZ SPE	10
MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIVULGA RESULTADO DAS PARCERIAS ENTRE O EXECUTIVO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	11
SERVIÇOS DIGITAIS DA RECEITA FEDERAL JÁ PODEM SER AVALIADOS PELA POPULAÇÃO VIA GOV.BR	13
BRASIL É RECONHECIDO COMO SEGUNDO LÍDER EM GOVERNO DIGITAL NO MUNDO.....	13
TESOURO NACIONAL DIVULGA GUIA PARA GOVERNADORES ELEITOS EM 2022.....	15
GOV.BR É ELEITA UMA DAS MELHORES INICIATIVAS DO UNIVERSO DIGITAL E CONQUISTA TOP3	15
PORTAL PORTO GENTE	16
COP 27: DEMANDA DE ENERGIA E A OFERTA DE FONTES RENOVÁVEIS	16
COP 27 É O PALCO CORRETO PARA O EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO	18
REFLETIR O COMÉRCIO INTERNACIONAL À LUZ DA COP27	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – O HIDROGÊNIO VERDE, UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO	21
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
<i>Visita presidencial 1</i>	21
<i>Visita presidencial 2</i>	21
<i>Visita presidencial 3</i>	21
<i>Do Ceará para São Paulo</i>	22
NACIONAL - GRUPO DE TRABALHO DE INFRAESTRUTURA SE REÚNE COM MINISTRO MARCELO SAMPAIO	22
NACIONAL - “TRAREMOS MAIS AGILIDADE PARA O OPERADOR LOGÍSTICO”, DIZ MARCELLA CUNHA	23
REGIÃO NORDESTE - CEARÁ FECHA PARCERIA COM BANCO MUNDIAL EM PROGRAMA DE HIDROGÊNIO VERDE	25
REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO E PARÁ DEVEM FECHAR PARCERIA LIGADA AO SETOR PORTUÁRIO	26
REGIÃO SUL - PORTONAVE INICIA OPERAÇÃO DE CABOTAGEM NA PRIMEIRA SEMANA DE DEZEMBRO.....	27
REGIÃO SUDESTE - GIGANTE APLYANGSHAN RETORNA AO PORTO DE SANTOS.....	28
REGIÃO SUDESTE - SPA REALIZA LEILÃO DE BENS PARA SUCATA NO DIA 22.....	28
INTERNACIONAL - PROJEÇÃO DE SUPERÁVIT GLOBAL DE AÇÚCAR SOBE PARA 6,1 MILHÕES DE TONELADAS	29
PORTUGAL - PORTUGAL EXPORT COMEÇA HOJE DEBATENDO OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS	29
NORTE EXPORT 2022 – 17 E 18 DE NOVEMBRO – SINES E LISBOA PORTUGAL.....	31
PROGRAMAÇÃO – PORTUGAL EXPORT 2022 – 17 E 18 DE NOVEMBRO – SINES E LISBOA	31
PORTUGAL – VITRINA POR CÂNDICE LA TERZA	33
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	34
TRAVESSIA DE BALSAS SERÁ PARALISADA PARA A SAÍDA DE MEGANAVIO	34
GERENTE DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE DA SANTOS BRASIL PARTICIPA DE PODCAST SOBRE ESG	35
STOLT TANKERS E STOLTHAVEN TERMINALS: UMA PARCERIA PIONEIRA PARA TRATAR ÁGUAS RESIDUAIS EM TERRA	36
BUNGE E EMPRESA DA UPL ANUNCIAM ACORDO PARA COMPRAR 40% DA SEEDCORP/HO	38
GRUPO É FORMADO PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE IMBITUBA	39
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA SOFRERÃO PRESSÃO MAIOR NO 4º TRI, DIZ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO	40
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA SOFRERÃO PRESSÃO MAIOR NO 4º TRI, DIZ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO	40
MAERSK E CARBON SINK ASSINAM ACORDO DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS ECOLÓGICOS	40



JORNAL O GLOBO – RJ	42
ALCKMIN: TETO SAIRÁ DA CONSTITUIÇÃO E O NOVO GOVERNO RETOMARÁ REFORMA TRIBUTÁRIA	42
LULA CANCELA ENTREVISTA COLETIVA APÓS ATRASO DE 1H E VAI EMBORA DA COP27 SEM FALAR COM JORNALISTAS ...	42
DISNEY ANUNCIA COMPRA DO 'GLOBAL DREAM', UM DOS MAIORES CRUZEIROS DO MUNDO, AINDA INACABADO.....	44
DE OLHO NO ESG, HAPVIDA NOTREDAME ENCOMENDA USINAS SOLARES À EDP.....	44
PEC DA TRANSIÇÃO: DESPESA 'EXTRA' QUE ELEVA GASTO PARA QUASE R\$ 200 BILHÕES PODE DOBRAR INVESTIMENTOS EM 2023; ENTENDA	45
RECEITA COM PETRÓLEO DEVE BATER RECORDE DE R\$ 368 BI NO GOVERNO BOLSONARO, APONTA ESTUDO	46
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	48
PEC DA TRANSIÇÃO DEVE SER ENXUGADA NO CONGRESSO E GASTOS EXTRAS PODEM CAIR DE LARGADA PARA R\$ 160 BI	48
A PEC DA TRANSIÇÃO E SEUS RISCOS	49
ENTENDA POR QUE O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS TEM SUBIDO NOS POSTOS, MESMO SEM REAJUSTE DA PETROBRAS.....	49
DESEMPREGO RECUA EM SEIS ESTADOS NO TERCEIRO TRIMESTRE, APONTA IBGE.....	51
BOULOS DIZ QUE NOVO GOVERNO VAI REVISAR DECRETOS E PORTARIAS LIGADOS À PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO.....	52
VALOR ECONÔMICO (SP)	53
TOTALENERGIES E PRUMO FECHAM ACORDO PARA EÓLICAS EM ALTO-MAR NO PORTO DE AÇU.....	53
INEPAR ANUNCIA FIM DE PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AÇÕES DISPARAM	54
BNDES DIVULGA EDITAL DE RODOVIAS EM MINAS GERAIS	55
PORTAL PORTOS E NAVIOS	56
SEPETIBA TECON RECEBE 9 NOVOS RTGS.....	56
SOCIEDADE CIVIL REPUDIA ATRACAÇÃO FORÇADA DE PORTA-AVIÕES NO PORTO DE SUAPE.....	57
PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO FOI DE 668 MIL BARRIS POR DIA EM SETEMBRO	58
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	59
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM	59



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ANVISA AUTORIZA DESEMBARQUE DE TRIPULANTES DE CARGUEIROS NOVAMENTE NO PORTO DE SANTOS

Isso ocorre em função de mudanças nas regras que foram impostas pela Anvisa na fase mais severa da pandemia

Por: **Fernanda Balbino**



De acordo com a resolução 579, o desembarque dos marítimos está autorizado sem a necessidade de comprovante de vacinação Foto: Divulgação

Tripulantes de navios cargueiros estão autorizados a desembarcar novamente no Porto de Santos. Isso foi possível graças a uma mudança nas regras impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na fase mais severa da pandemia de covid-19. A questão já havia sido flexibilizada em outros países.

No ano passado, a autoridade sanitária determinou que apenas os marítimos com retorno previsto aos países de origem estavam autorizados a desembarcar nos portos brasileiros. Nesse caso, era necessária a comprovação de passagens aéreas e o desembarque deveria acontecer horas antes do embarque no aeroporto. Também era permitida a descida de tripulantes que necessitassem de atendimento médico. Isso acontecia quando eles deixavam o navio e seguiam direto para hospitais da Cidade.

Porém, segundo os tripulantes, as normas já foram flexibilizadas em outros portos do mundo. A questão foi levada à autoridade sanitária pelo Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), que pleiteava a mudança na norma. Após diversas reuniões, uma nova resolução, a número 579, foi publicada no último dia 3.

Agora, o desembarque e a licença para descer em terra (shore leave) de tripulantes, brasileiros ou estrangeiros, de procedência internacional que já tenham efetuado o controle migratório estão autorizados. Isso também vale para os marítimos que embarcaram em território nacional.

De acordo com a resolução, o desembarque está autorizado sem a necessidade de comprovante de vacinação contra a covid-19 ou de realização de teste para rastreamento da doença. Porém, isso vale para marítimos que "não se enquadram na classificação de caso suspeito, confirmado ou contato próximo".

Já a entrada no País de tripulantes, brasileiros ou estrangeiros, de procedência internacional, está autorizada desde que seja apresentado, ao responsável pela embarcação, comprovante de esquema vacinal primário completo contra covid-19 ou teste negativo.

Solicitação

De acordo com o diretor-executivo do Sindamar, José Roque, após a publicação de reportagem em A Tribuna, a necessidade de mudança na norma da Anvisa foi discutida em reunião da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos). Foi solicitada pelo representante dos agentes de navegação o princípio de isonomia como adotado para os navios de cruzeiros e aviões por se tratar de uma questão humanitária.

“Essa demora reputamos como desumana, tendo o navio se transformado em presídio com os tripulantes vivendo em cárcere privado, confinados, com prejuízos à saúde mental, enquanto em outros países já havia sido liberada a descida para que tivessem momentos de lazer, com passeios, compras de presentes para a família etc.”, afirma Roque.

Ele conta que o Sindamar recebia telefonemas de esposas e noivas dos tripulantes com pedidos de informações. “Nos últimos dois anos, o pessoal só se falava por celular ou vídeo e isso acabava provocando estresse. Há comandantes estrangeiros casados com brasileiras e a relação com a família ficou isolada no quesito presencial”.

Organizações apoiam decisão

A Missão aos Marinheiros e a Stella Maris, duas organizações cristãs que trabalham no cuidado com marinheiros em diversos portos do mundo, incluindo o Porto de Santos, comemoram essa decisão. As organizações, das igrejas Luterana e Católica, atuam juntas prestando serviço religioso, social, psicológico e humanitário a milhares de marinheiros diariamente, independentemente da sua religião, nacionalidade ou gênero.

Durante as visitas diárias às tripulações a bordo dos navios, as equipes veem a importância da nova resolução, pois influencia diretamente na saúde mental dos marinheiros. “O bem-estar psicológico, juntamente com a saúde física, é parte essencial de nossas vidas e afeta nossos pensamentos, comportamentos e sentimentos. Um estado emocional saudável pode promover a produtividade e a eficácia em atividades como o trabalho, a escola e a vida diária”, explica a coordenadora da Missão aos Marinheiros, Kathrin Grund.

Segundo ela, o desembarque em terra tem um grande impacto na saúde mental e as estatísticas mostram que essa realidade, inclusive, diminui as chances de acidentes de trabalho. Isso porque a vida cotidiana a bordo é dura, barulhenta e monótona.

Por esse motivo, durante a pandemia, os marinheiros enfrentaram muitos dilemas. Os fatores como rotina estressante, guerra nos seus países de origem, crise econômica, tempo excessivo a bordo, dificuldade de comunicação com familiares e amigos e o risco de acidentes tornaram o ambiente de trabalho um espaço desafiador.

“Desde o começo da pandemia, em março de 2020, estamos esperando que os marinheiros sejam tratados de forma humana e justa. Temos questionado muito o direito fundamental à liberdade, especialmente diante da flexibilização em todos os outros espaços da sociedade”, afirma o pastor da Igreja Luterana de Santos e capelão portuário da Missão aos Marinheiros, Felipe Schütz Bennert.

A maioria dos marinheiros é vacinada e, mesmo sendo um grupo bastante isolado, por conta do tempo que passa no navio, sem contato com outras pessoas, eles são testados constantemente. “Agora, podemos nos preparar para o Natal e organizar uma festa especial para os marinheiros. Estamos muito felizes. Também podemos mostrar-lhes a cidade ou dar-lhes as boas-vindas ao nosso clube de marinheiros. Para nós, é um recomeço desse trabalho centenário”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/11/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO 3º TRIMESTRE REGISTRA CRESCIMENTO DE 2,1%

Julho e setembro apresentaram alta de 2,7% e 6,8%, de acordo com dados da ANTAQ. Navegação interior cresceu 25,5% no período



Brasília, 16/11/2022 – A movimentação portuária brasileira registrou crescimento de 2,1% no terceiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo trimestre de 2021. Os portos públicos e privados movimentaram 323 milhões de toneladas no período. No acumulado do ano, 905,6 milhões de toneladas passaram pelas instalações portuárias brasileiras. O resultado é 1,4% menor que o registrado em 2021 – ano recorde de movimentação de carga no país.

Os portos públicos registraram variação positiva no trimestre, com avanço de 8,9%, sendo responsáveis por 114,9 milhões de toneladas transportadas. Santos (SP) teve crescimento de 22,7%, mas o destaque ficou com Santarém (PA), com alta de 89%, seguido de São Sebastião (SP), 69,1% e Suape (PE), 30,7%.

Os Terminais de Uso Privado (TUP) tiveram queda de 1,3%, tendo movimentado 209 milhões de toneladas entre julho e setembro. Entre os principais, o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA) registrou queda de 5,2%. Já os terminais de Tubarão (ES) e São Sebastião (SP) movimentaram, respectivamente, 8,2% e 12% a mais do que no mesmo período de 2021.

Em relação aos tipos de navegação, a de longo curso apresentou variação positiva de 1,4% no trimestre. Porém, o destaque continua sendo a navegação interior (pelos rios), que registrou crescimento de 25,5%. A cabotagem decresceu 0,7% no comparativo com o último ano.

Mercadorias

No terceiro trimestre, a movimentação de produtos agrícolas nos portos foi de 79,4 milhões de toneladas, o que garantiu uma alta de 14,9%. Santos, Paranaguá (PR) e Itaqui (MA) são os principais portos brasileiros de entrada e saída dessas mercadorias. O milho apresentou crescimento de 75,7%, totalizando 26,4 milhões de toneladas movimentadas. O açúcar (11,7%) e o arroz (183,2%) também tiveram alta no período. A soja e adubos (fertilizantes) tiveram queda de 13,8% e 19,7%.

Em relação aos combustíveis, a movimentação de petróleo e derivados, carvão mineral e gás de petróleo variaram negativamente no trimestre. O etanol (combustível) teve alta de 29,4%, assim como os óleos de produtos minerais, 46,2%.

A movimentação de minerais foi de 121,2 milhões de toneladas nos três meses, com crescimento de 1%. O minério de ferro, principal produto, decresceu 1,1%, enquanto a bauxita (26%), ferro e aço (6%) tiveram saldo positivo no período, em comparação com o mesmo trimestre de 2021.

Outro grupo de mercadorias que apresentou crescimento foi o da indústria (3,1%). A importação e exportação de automóveis, tratores e acessórios de veículos automotivos registraram alta de 9%, 8,9% e 21%, respectivamente. O transporte de semirreboque baú também aumentou, 2,6%.

No transporte de contêineres também houve crescimento de 4,3%, totalizando 3,1 milhões de TEU no período de julho a setembro (ou 34,3 milhões de toneladas, com crescimento de 1,8%). O aumento foi registrado na navegação de longo curso (8,1%) e na navegação interior (18,3%). A cabotagem teve queda de 2,6%.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 17/11/2022

APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA É REGULAMENTADA

Medida beneficiará construção de embarcações e outros serviços navais contratados no país. Inovação faz parte dos avanços trazidos pela BR do Mar



Inovação do FMM faz parte do programa de estímulo ao transporte por cabotagem, o BR do Mar. - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Obras de infraestrutura portuária e aquaviária poderão receber apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), mecanismo de fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval no país. A medida foi regulamentada pela Portaria 1.460, publicada nesta quinta-feira (17) no Diário

Oficial da União. O texto disciplina os procedimentos para requisitar que projetos sejam considerados prioritários para acesso a empréstimos com taxas atrativas junto a bancos públicos federais.

Serão abrangidas propostas de construção de embarcações e execução de outros serviços navais, como reparo, manutenção e docagem de embarcações no Brasil. Esses serviços podem ser realizados em empresas especializadas ou estaleiros brasileiros a partir da contratação de empréstimos por empresas brasileiras e estrangeiras, bem como públicas não dependentes. Os financiamentos poderão ser referenciados em reais ou em dólares norte-americanos, nos termos da Resolução 3.051 do Conselho Monetário Nacional, o que torna essa linha de crédito interessante para empreendimentos com receitas dolarizadas.

Menos burocracia

Além de regulamentar o processo de aprovação de projeto e de liberação de recursos para obras de infraestrutura no segmento, a portaria tem como objetivo digitalizar os requerimentos, facilitar a gestão dos contratos de financiamento com recursos do fundo e adequar os prazos de contratação, aumentando, dessa forma, a efetividade da política pública. Essa inovação do FMM faz parte do escopo da Lei nº 14.301/2022, que instituiu o programa de estímulo ao transporte por cabotagem, o BR do Mar.

Com a publicação da portaria pelo Ministério da Infraestrutura, as empresas interessadas poderão encaminhar requerimento para apoio financeiro do fundo. Para mais informações sobre o FMM acesse: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/apresentar-ao-cdfmm-pleito-de-prioridade-para-a-concessao-de-financiamento-com-recursos-do-fundo-da-marinha-mercante>.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/11/2022

TRECHO REVITALIZADO NA BR-316, NO MARANHÃO, RECEBEU R\$ 14 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Foram realizados serviços de microrrevestimento e sinalização horizontal em 58 quilômetros da via

O Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), entregou nesta semana 58 quilômetros de revitalização na BR-316, no Maranhão. O tráfego foi liberado aos motoristas na segunda-feira (14). Principal ligação entre o Norte e o Nordeste do país, a BR-316 possui 2.054 km de extensão e atravessa os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas.



As intervenções incluíram serviços de microrrevestimento e sinalização horizontal - Foto: Dnit/Divulgação

O investimento na rodovia foi de aproximadamente R\$ 14 milhões. As intervenções incluíram serviços de microrrevestimento e sinalização horizontal: foram 41 quilômetros entre as cidades de Peritoró (km 423,7) e Caxias (km 550), e mais 17 quilômetros desde Caxias (Km 521,26) até a divisa dos estados do Maranhão e Piauí, em Timon (km 621,1). O último segmento teve

ainda 14,66 quilômetros cobertos com nova capa asfáltica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/11/2022

EMPRESAS INTERESSADAS EM OFERECER BENEFÍCIOS A BONS MOTORISTAS TÊM REGISTRO FACILITADO

Basta apenas um clique no site da Senatran para candidatas a atuar como parceira do Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC) fazerem seu cadastro, incentivando boas práticas no trânsito

Desde essa quarta-feira (16), empresas que quiserem atuar com o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), também conhecido como cadastro positivo, devem acessar o link <https://portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/condutor/gestao-cadastro-positivo-parceiros> (<https://portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/condutor/gestao-cadastro-positivo-parceiros>). No endereço, é possível comunicar o interesse à Senatran, candidatando-se a apresentar algum benefício a ser oferecido aos motoristas que não tenham cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses. Em recompensa aos parceiros da iniciativa, a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) criou o selo Parceiro do Bom Condutor, que poderá ser utilizado nas ações promocionais, portais, redes sociais e aplicativos das empresas participantes.

A empresa precisa logar com o e-CPNJ e preencher os dados solicitados. O cadastro será analisado pela a Senatran para posterior publicação na lista de empresas parceiras do bom condutor em <https://portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/condutor/cadastro-positivo-parceiros> (<https://portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/condutor/cadastro-positivo-parceiros>). Anteriormente, o cadastro era feito através de um formulário. A mudança visa facilitar o acesso das interessadas e ampliar o rol de parceiras e, conseqüentemente, aos motoristas inseridos na iniciativa.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/11/2022

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA ROTA DOS CRISTAIS SERÁ NESTA SEXTA (18)

Interessados em participar do processo terão até 1º de dezembro para enviar contribuições ao projeto

A proposta do Ministério da Infraestrutura para a concessão da BR-040/GO/MG, entre os municípios de Cristalina (GO) e Belo Horizonte (MG), estará em debate nesta sexta-feira (18), durante audiência pública conduzida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O evento está marcado para 10h e acontece em formato híbrido: presencialmente na sede da agência, em Brasília, e por videoconferência. A audiência será transmitida no canal da ANTT no YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC6f90nL7OeC7xAGo-ZPngxQ>.



O trecho a ser concedido tem 594,8 quilômetros de extensão. A chamada Rota dos Cristais é um dos principais eixos de ligação entre as regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Com o certame, estão previstos investimentos na ordem de R\$ 6,1 bilhões em investimentos privados para a modernização da via, que passará por intervenções visando ampliação de capacidade, melhorias, manutenção e serviços operacionais. Os interessados têm até 1º de dezembro para enviar por escrito suas contribuições sobre o projeto: detalhes da proposta e para participação no processo de consulta pública estão disponíveis no link: <https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=513>.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 17/11/2022

MECANISMOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA SERÃO TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA SEXTA (18)

Interessados devem se inscrever até 12h desta quinta-feira (17). Objetivo é criar padronização mínima para o Governo Federal

A consultoria jurídica do Ministério da Infraestrutura promove nesta sexta-feira (18) audiência pública para tratar da minuta de cláusula padrão de mecanismos adequados de resolução de controvérsias. O evento terá formato híbrido (presencial e virtual, com transmissão pelo YouTube no canal <https://youtu.be/bU5flkbDReQ>) e está marcado para 14h. Para participar, o interessado deve se inscrever até o meio-dia desta quinta-feira (17) no endereço <https://forms.office.com/r/CWgFHEnRHZ>. O comprovante de inscrição, o link aos participantes e a ordem de falas serão enviadas ao e-mail informado no formulário de inscrição.

A iniciativa tem o objetivo de criar uma padronização mínima para resolução de controvérsias, respeitando-se as particularidades de cada caso, a ser adotada nos setores de transportes, energia e telecomunicações, entre outros. Contribuições por escrito podem ser encaminhadas até 23 de novembro via plataforma Participa +Brasil: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/minuta-clausula-padrao-mecanismos-adequados-resolucao-controversias>.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 17/11/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

BOLETIM MACROFISCAL DA SPE CONFIRMA CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO EM 2,7% EM 2022

Expectativa para a taxa de inflação (IPCA) neste ano recua de 6,30% para 5,85%

A estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é de 2,7% em 2022, segundo a mais recente edição do Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME), divulgado nesta quinta-feira (17/11). As projeções para a evolução dos principais indicadores de inflação foram revisadas para baixo. Nesta edição, foram considerados os resultados da economia acumulados até o terceiro trimestre do ano.

O documento revela também que a estimativa de crescimento do PIB para o terceiro trimestre deste ano é de 3,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Na comparação com os resultados do segundo trimestre deste ano, a projeção de crescimento do PIB com ajuste sazonal é de 0,4%.

Na semana passada, a SPE publicou a Nota Informativa Fundamentos para o maior crescimento econômico, destacando a importância das reformas pró-mercado e das medidas de consolidação



fiscal como vetores para ganhos de produtividade e consequente aumento da tendência do crescimento para um ritmo superior ao observado nos últimos anos. “A confirmação dessa trajetória de crescimento mais elevado depende da manutenção e aprofundamento de reformas pró-crescimento e de ações que assegurem a sustentabilidade fiscal”, avalia a SPE.

A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para 2022 recuou de 6,30% para 5,85%. Os principais fatores para a alteração da projeção de inflação foram a redução dos preços administrados, menor pressão dos bens industriais e alimentos e estabilização dos preços de serviços. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também do IBGE, foi reduzida de 6,54% para 6,0%. Para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), mensurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a projeção caiu de 9,44% para 6,11% em 2022. Tais comparações referem-se aos dados apresentados na edição de setembro do Boletim Macrofiscal.

O material da SPE destaca o recuo da taxa de desemprego para 8,7% da força de trabalho no terceiro trimestre, ou seja, queda de 3,9 pontos percentuais ante o nível do terceiro trimestre do ano passado, considerando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. O documento ressalta, ainda, a continuidade da recuperação do emprego, com alta na população ocupada, diante do aumento em 12 meses de 6,3 milhões de novas vagas, tanto informais quanto formais, levando em conta informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

Outros destaques da economia também são citados no Boletim Macrofiscal, como a alta de 3,8% na estimativa da safra de grãos (em relação à safra de 2021), conforme apontado pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. O material cita ainda que os indicadores de confiança (FGV) mostraram recuperação no terceiro trimestre deste ano e voltaram a apontar melhora entre empresários e consumidores, com destaque para serviços e comércio.

A estimativa de crescimento do PIB para 2023 foi revisada de 2,5% para 2,1%. A redução de 0,4 ponto percentual na estimativa do PIB em 2023 resulta principalmente da piora no cenário externo desde a data-base da última grade, com aumento das taxas de juros internacionais e redução das expectativas de crescimento de economias desenvolvidas e emergentes, informa o documento. A SPE cita que já era esperada uma desaceleração da atividade econômica no segundo semestre deste ano, resultado dos efeitos defasados do ciclo de ajuste da política monetária. No entanto, projeta-se que os impactos advindos da elevação da taxa de juros se reduzam ao longo de 2023. Para 2024, a estimativa de crescimento do PIB permaneceu em 2,5%, conforme apresentado nas Grades de Parâmetros anteriores.

Houve também revisões nas projeções de inflação para 2023. Para o IPCA, a estimativa para o próximo ano passou de 4,5% para 4,6%. Para o INPC, a estimativa subiu de 4,86% para 4,90%. Para o IGP-DI, o índice projetado foi mantido em 4,55%.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 17/11/2022

QUEDA DAS COMMODITIES TEM BAIXO IMPACTO NA ARRECADAÇÃO, DIZ SPE

Estudo da Secretaria de Política Econômica avalia relação entre o preço das matérias-primas e o comportamento das receitas tributárias

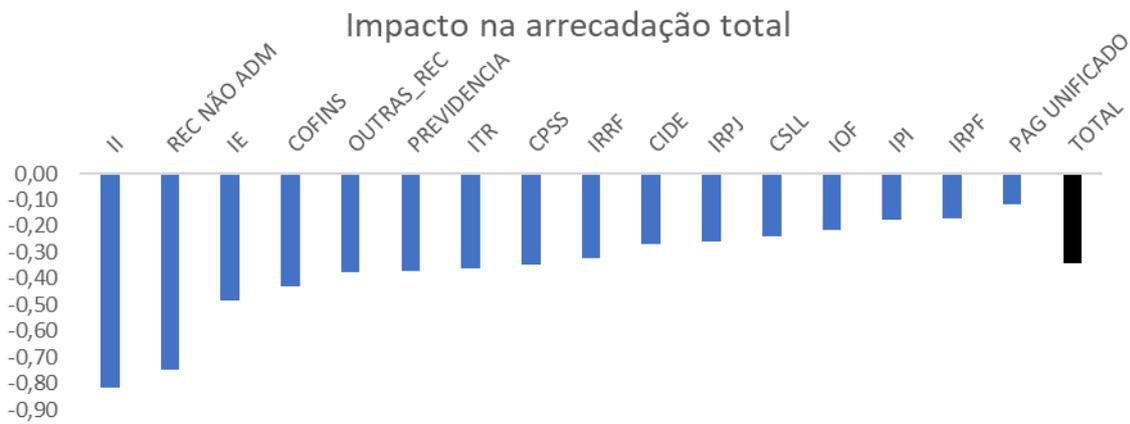
Estudo conduzido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) mostra que a queda no preço das matérias-primas não afeta a arrecadação tributária de forma muito significativa. Isso acontece por causa do comportamento da taxa de câmbio, que tende a depreciar – ou seja, o dólar ganhar valor sobre o real – quando o preço das commodities cai.

As impressões da SPE – presentes na Nota Informativa “Deflator da arrecadação federal – proposta de metodologia e análise de simulações” – contribuem para um debate que ocorre no mercado e

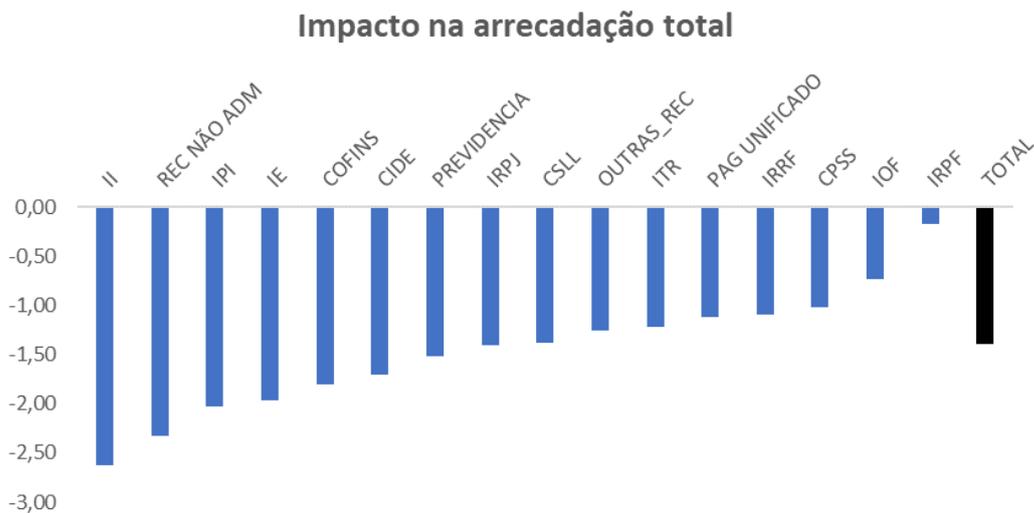
na academia de que o bom desempenho recente da arrecadação de impostos e contribuições não tenderia a se sustentar, ou mesmo se repetir, em função de uma esperada queda na cotação das principais commodities internacionais exportadas pelo Brasil.

Para chegar a tal conclusão, a Secretaria propôs uma metodologia para chegar a um deflator da arrecadação federal com base na sua decomposição por tributos e setores econômicos. Feito isso, foi montado um simulador que permite avaliar o desempenho fiscal em cenários com alteração dos preços, tais como mudanças nos preços das commodities.

Em um dos cenários simulados, estima-se uma redução mensal de 1% no preço das commodities pelos próximos 12 meses, permitindo alteração da taxa de câmbio e dos índices de preço geral e ao consumidor. Ou seja, a deterioração do preço das commodities é compensada pela depreciação cambial. O resultado foi uma queda de apenas 0,4% da arrecadação total.



No segundo cenário – no qual a taxa de câmbio se mantém constante na comparação com o cenário base –, nota-se que a redução de 12% das commodities será bem mais relevante, com efeito de queda de 1,2% na arrecadação total.



Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
 Data: 17/11/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIVULGA RESULTADO DAS PARCERIAS ENTRE O EXECUTIVO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Estudo aponta melhoria nos setores que adotaram o Programa Nacional de Publicização, que estabelece o modelo de parcerias



A parceria do Executivo federal com o terceiro setor para a execução de atividades de interesse público – como pesquisa científica e educação – tem gerado bons resultados para o país. É o que mostra o projeto “Spending Review: diagnóstico das parcerias entre o poder Executivo federal e as organizações sociais”, apresentado pelo Ministério da Economia no último 9 de novembro. O estudo foi realizado em parceria com o programa Eurosocial, da União Europeia, e contou com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O objetivo da iniciativa foi avaliar a estratégia, a implementação e os resultados do Programa Nacional de Publicização (PNP), que estabelece o modelo de parceria do Executivo com Organizações Sociais (OSs) na execução das ações de interesse público. O estudo apontou que o modelo de parceria tem obtido, continuamente, resultados positivos para os setores que o adotaram.

Ao longo de um ano, foram realizadas entrevistas e oficinas com órgãos supervisores do contrato de gestão com organizações sociais, representantes das OSs já qualificadas, servidores envolvidos no processo e vários especialistas. Depois foram mapeadas as boas práticas realizadas pelas entidades parceiras e identificadas as necessidades de melhorias cabíveis para o modelo de parceria.

O relatório traz, também, uma análise global sobre o perfil dos participantes do mapeamento, gestão financeira e de pessoas das organizações sociais. Além disso, apresenta recomendações para a manutenção do modelo, cujo impacto positivo remete à flexibilidade da gestão, alternativa de ações em caso de restrição orçamentária, e a participação da sociedade na execução de políticas públicas.

Em suas 64 páginas, o documento pontua a necessidade de aperfeiçoamento de aspectos orçamentários, como o fluxo de repasses e o mapeamento das fontes complementares de receita para as organizações sociais. O relatório sugere, ainda, a produção de um manual de elaboração do estudo de publicização, cujo público-alvo são órgãos e entidades públicas interessados em adotar o modelo.

O compartilhamento desses resultados tem o objetivo de dar visibilidade à metodologia do projeto e incentivar os órgãos a mapear as atividades passíveis de publicização, de modo a criar um repositório institucional sobre o modelo para divulgar e dar transparência ao diagnóstico, além de abarcar outros estudos referentes ao Programa Nacional de Publicização. O relatório está disponível em formato digital para download às entidades envolvidas no diagnóstico, órgãos públicos e demais interessados no tema.

Programa Nacional de Publicização

O PNP estabelece um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade que possibilita aumento na entrega de serviços públicos, ampliação do número de beneficiários e melhoria na eficiência na execução das políticas públicas. Apesar de ser uma interpretação muito comum, a publicização não se confunde com privatização.

Instituído pela Lei nº 9.637, de 15 maio de 1998, o Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, e pela Portaria ME nº 297, de 12 de junho de 2019. A legislação permite publicizar serviços e atividades nas áreas de educação, cultura, pesquisa científica, saúde e meio ambiente, além de definir diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais.

O órgão interessado no Programa firma contrato de gestão com a entidade qualificada como Organização Social (OS), em espírito de cogestão, para a execução das atividades publicizadas. Pelo contrato, o órgão exerce o papel de supervisor, monitorando e avaliando regularmente os resultados obtidos pela OS, como ocorre atualmente com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 17/11/2022



SERVIÇOS DIGITAIS DA RECEITA FEDERAL JÁ PODEM SER AVALIADOS PELA POPULAÇÃO VIA GOV.BR

Medida auxilia o governo a aprimorar o atendimento à população e melhorar a experiência do usuário no acesso aos serviços de órgãos públicos pela plataforma

Cidadãos que utilizam os serviços digitais da Receita Federal por meio da plataforma GOV.BR já podem avaliar o atendimento prestado pelo governo federal. O módulo de avaliação da plataforma – iniciativa criada pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, em parceria com a Secretaria Especial da Receita Federal – contribui para o aprimoramento do atendimento ao cidadão e a melhoria da experiência do usuário no acesso aos serviços públicos.

Ao todo, nove serviços da Receita podem ser avaliados pelo computador ou dispositivos móveis. Entre eles estão a declaração e a consulta à restituição do imposto de renda; a obtenção de cópia de rendimentos informados por fontes pagadoras; a consulta a pagamentos de tributos da União, dívidas e pendências; a consulta e emissão de certidões de regularidade fiscal; além da declaração de bens para viagem ao exterior.

O serviço digital que teve mais avaliações é a declaração do imposto de renda, com mais de 3,2 milhões de formulários respondidos e 4,3 pontos de média de satisfação dos usuários. Com média acima de 4 pontos também estão os serviços de consultas à restituição do imposto de renda, dívidas e pendências fiscais, que, juntas, receberam mais de 150 mil avaliações.

Ferramenta de avaliação

O módulo de avaliação faz parte da estratégia de Governo Digital 2020 a 2022 e vem evoluindo para atender, cada vez mais, as necessidades do cidadão. Na avaliação, é medido o nível de satisfação dos usuários, o volume de solicitações realizadas e o tempo médio de atendimento pela internet, monitorando o desempenho dos serviços e gerando dados para a Administração Pública.

Após o término da prestação do serviço digital, o cidadão é convidado a avaliar o atendimento, por meio de um formulário padronizado que leva pouco mais de um minuto para ser respondido. Numa escala de 0 a 5, representada por uma sequência de estrelas, o usuário indica sua nota no alto da página específica do serviço digital disponível no GOV.BR.

Com isso, é possível conhecer as percepções e perspectivas da população em relação aos serviços públicos digitais, permitindo aos gestores agir de maneira assertiva e eficiente no aperfeiçoamento do atendimento. “Entender a experiência dos usuários é importante para o processo de melhoria contínua da qualidade do que é oferecido pelo GOV.BR, o que é possível apenas por meio de uma escuta ativa”, afirma a diretora de Inteligência de Dados da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, Emmanuelle Regiane Cunha de Oliveira.

Para ela, a aferição da prestação de serviços digitais é essencial na entrega de uma melhor experiência ao usuário, tornando o cidadão o centro da construção de serviços e políticas públicas. “A avaliação amplia as formas de ouvir o cidadão, amplia sua participação social, contribui para a transparência pública e, principalmente, traz dados para que possamos construir uma jornada cada vez mais fluida, integrada e com menor esforço”, destacou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 17/11/2022

BRASIL É RECONHECIDO COMO SEGUNDO LÍDER EM GOVERNO DIGITAL NO MUNDO

Índice divulgado nesta quarta-feira (16/11) pelo Banco Mundial considera o estado atual da transformação digital de serviços públicos em 198 países



O Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como o segundo país do mundo com a mais alta maturidade em governo digital. A avaliação é resultado do GovTech Maturity Index 2022, índice divulgado nesta quarta-feira (16/11), que considera o estado atual da transformação digital do serviço público em 198 economias globais. O Brasil teve o maior avanço entre as nações avaliadas, subindo cinco posições em relação ao ranking divulgado em 2021, passando do sétimo para o segundo lugar e tornando-se líder em governo digital no Ocidente.

O país vem se destacando mundialmente na oferta de serviços públicos digitais por meio da plataforma GOV.BR, que já conta com 140 milhões de usuários – o que equivale a 80% da população brasileira acima de 18 anos. O GOV.BR permite o acesso com senha única a milhares de serviços digitais e facilita a obtenção de informações e o relacionamento do cidadão com o governo.

Por intermédio do GOV.BR, serviços de forte impacto econômico-social passaram a ser acessados pelos cidadãos de forma mais fácil, ágil e cômoda. Entre eles estão as Carteiras Digitais de Trânsito e de Trabalho, Abono Salarial, Certificado de Vacinação, Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além do Valores a Receber, do Banco Central. O uso de um único login e senha para acesso aos serviços digitais é considerado um dos grandes avanços do país.

“O estudo do Banco Mundial é muito importante para entendermos as tendências mundiais em governo digital e para demonstrar o protagonismo mundial que o Brasil assumiu nessa área”, destaca o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Leonardo Sultani. “Tal reconhecimento é resultado da execução primorosa de uma estratégia bem planejada, materializada na plataforma GOV.BR, que colocou o cidadão no centro da atuação governamental, utilizando-se de tecnologia para garantir o pleno exercício de sua cidadania”, complementa o secretário de Governo Digital, Fernando Coelho Mitkiewicz.

“A transformação digital é um trabalho invisível, mas é a melhor e mais eficiente ferramenta de transformação econômica e social que qualquer governo pode deixar para os cidadãos. O digital inclui as pessoas na economia, melhora o ambiente de negócios, e conseqüentemente, aprimora a democracia. E por acreditar que a transformação digital é irreversível, trabalhamos arduamente para elevar o Brasil a uma grande potência digital”, apontou o presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Gileno Gujão Barreto. O Serpro é a maior empresa pública de tecnologia e atua como braço do governo na transformação digital.

O Banco Mundial também identificou como evoluções do Brasil em governo digital a oferta para a população da declaração pré-preenchida do imposto de renda por meio da conta GOV.BR; o maior engajamento dos cidadãos na avaliação dos serviços, com a criação da plataforma de feedback; o incentivo à atuação das startups Govtechs na transformação digital do país; a criação de páginas específicas no GOV.BR com serviços digitais de Segurança Social e Trabalho e Emprego; além de avanços na interoperabilidade dos sistemas governamentais centrais.

O ranking dos dez líderes em governo digital do mundo traz a Coreia do Sul em primeiro lugar, seguida por Brasil, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Estônia, França, Índia, Lituânia, Mongólia e Rússia.

Como é feita a avaliação?

O Índice GovTech Maturity Index 2022 do Banco Mundial avaliou 198 economias globais com a média simples das pontuações de quatro componentes: Índice de Sistemas Governamentais Centrais, Índice de Prestação de Serviços Públicos, Índice de Engajamento do Cidadão e Índice de Habilitadores GovTech. O Brasil se destacou no grupo das nações com maiores índices de maturidade. Ao todo, o índice utiliza 48 indicadores-chave para medir essas quatro áreas de governo digital.



O Índice de Sistemas Governamentais Centrais mede aspectos relativos à articulação sistêmica de governo, e o Índice de Prestação de Serviços Públicos avalia portais on-line, serviços de atendimento eletrônico e recursos de pagamento eletrônico, entre outros. Já o Índice de Engajamento do Cidadão mede a participação pública, o feedback dos cidadãos e os portais de dados abertos. Por fim, o Índice de Habilitadores GovTech considera estratégia, instituições, regulamentos, habilidades digitais e programas de inovação.

As notas em cada indicador variam de 0 a 1 e, dependendo do resultado comparado com os números globais, os países são classificados em grupos de acordo com a maturidade: muito alta, alta, média e baixa. O Brasil teve seu desempenho considerado como “muito alto” nos quatro componentes avaliados.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 17/11/2022

TESOURO NACIONAL DIVULGA GUIA PARA GOVERNADORES ELEITOS EM 2022

Publicação apresenta informações sobre os estados com o objetivo de auxiliar no planejamento e na gestão dos novos governos

O Tesouro Nacional divulgou nesta quarta-feira (16/11) as versões relativas a 2022 do "Guia para o Governador – Relacionamento com o Tesouro Nacional", documento que traz o panorama da situação de cada estado brasileiro em relação aos compromissos firmados com o Órgão. O objetivo da publicação – lançada pela primeira vez em 2018 – é auxiliar a reduzir a lacuna de conhecimento que costuma existir na transição entre os mandatos, de forma a contribuir para o planejamento e a gestão dos novos governos.

Já enviado aos governadores eleitos em 2022, o Guia é customizado para cada estado e reúne as principais informações fiscais desses entes, como dívida, metas a serem alcançadas anualmente, limite para contratação de operações de crédito autorizado pelo Tesouro Nacional (espaço fiscal), Classificação na Análise de Capacidade de Pagamento (Capag) e transferências recebidas da União.

Adicionalmente, o documento apresenta uma lista com sugestões de avanços a serem perseguidos pelo estado para melhorar os seus cenários financeiro, fiscal e informacional. Ao final de cada tema, estão disponíveis os contatos das áreas técnicas responsáveis pelo assunto para agilizar o envio de sugestões e o esclarecimento de dúvidas sobre as informações prestadas.

Embora o Guia tenha sido preparado para orientar os governadores e seus corpos técnicos, a publicação busca alcançar a sociedade como um todo, de forma a permitir ao cidadão conhecer a situação de seu estado e acompanhar e fiscalizar os atos de gestão. Para isso, as informações são apresentadas em linguagem simples, que seja compreensível e útil a qualquer interessado. A iniciativa segue o princípio da transparência, norteador do trabalho do Tesouro Nacional e de sua relação com os entes da Federação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 17/11/2022

GOV.BR É ELEITA UMA DAS MELHORES INICIATIVAS DO UNIVERSO DIGITAL E CONQUISTA TOP3

Plataforma digital de relacionamento do Estado com o cidadão fica entre as melhores iniciativas de governo digital do país pelo segundo ano consecutivo

A plataforma GOV.BR de relacionamento do Estado com o cidadão foi eleita uma das três melhores iniciativas do universo digital no país neste ano pelo júri popular e academia iBest. Considerada a maior premiação da internet no Brasil, o Prêmio iBest, divulgado nesta quarta-feira (16/11), foi



concedido pelo segundo ano consecutivo ao GOV.BR, que conquistou o TOP3, em 2022, e o primeiro lugar em votação popular no ano passado.

A Carteira Digital de Trânsito, que é um dos serviços mais acessados da plataforma GOV.BR, também é TOP3 na categoria “Governo Digital” do prêmio iBest. O vencedor do prêmio popular e da Academia ficou com o PIX. No ano passado, o PIX conquistou o segundo lugar pelo júri popular e a primeira colocação no júri Academia.

“Estar no TOP3 do Prêmio iBest mais uma vez significa muito. O melhor reconhecimento que podemos ter é o da população brasileira. Isso demonstra que nosso trabalho está na direção certa, e os serviços públicos digitais têm atendido, cada vez mais, aos cidadãos, na medida de suas necessidades”, ressalta o secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Leonardo Sultani.

O GOV.BR está simplificando cada vez mais a vida dos brasileiros, facilitando o acesso a serviços públicos e o relacionamento do cidadão com o governo. A plataforma possui, atualmente, mais de 140 milhões de usuários cadastrados e permite o acesso do cidadão a mais de 4 mil serviços públicos digitais, com um único usuário e senha. Além disso, a plataforma gera uma economia estimada anual de R\$ 4,6 bilhões para os cidadãos e os cofres públicos, com a digitalização de serviços.

Pelo GOV.BR é possível obter, por exemplo, a carteira digital de trabalho, solicitar abono salarial e seguro-desemprego, realizar transferência eletrônica de veículos, assinar documentos digitalmente, abrir um negócio, entre outros serviços públicos. O acesso aos serviços pode ser realizado, a qualquer hora e de qualquer lugar, pelo celular, computador, notebook ou tablet.

“O Prêmio iBest é um reconhecimento ao excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Governo Digital, o Serpro e todos os demais parceiros dos órgãos envolvidos. Um esforço conjunto que tem colocado o governo na palma da mão dos brasileiros, 24 horas por dia, sete dias por semana. Parabéns a todo o nosso time por mais essa conquista”, ressalta o secretário de Governo Digital, Fernando Coelho Mitkiewicz.

Prêmio iBest

O iBest (anteriormente Internet World Best) é um prêmio anual concedido a profissionais, instituições e empresas do mercado digital (internet, websites, redes sociais, aplicativos e similares) do Brasil. A primeira edição foi realizada em 1995 e, atualmente, a premiação é organizada pela iBest Global.

Entre milhares de competidores, apenas os três melhores do Brasil chegam até a fase do TOP 3 em cada categoria da premiação. A partir daí, o público e a Academia iBest decidem quem são os vencedores do ano.

Confira a lista completa dos premiados de 2022

<https://premioibest.com/>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 17/11/2022



PORTAL PORTO GENTE

COP 27: DEMANDA DE ENERGIA E A OFERTA DE FONTES RENOVÁVEIS

Redação Portogente



O parecer técnico da Danfoss, publicado no início da COP27, destaca a ação urgente para atender à crescente demanda por energia. O CEO da Danfoss, Kim Fausing, afirma que o desenvolvimento de energias renováveis não será suficiente se não for reduzida a demanda por energia.

O grupo de engenharia de origem dinamarquesa destaca o aumento significativo na demanda global por energia e argumenta que, sem uma ação urgente para conter a demanda, o desenvolvimento de energias renováveis será insuficiente para atender às necessidades de uma crescente população.

O documento é publicado quando os líderes mundiais se reúnem no Egito para a COP27, oferecendo recomendações políticas práticas para ações urgentes que tanto os líderes políticos quanto os corporativos e comunitários devem considerar antes, durante e depois da conferência.

O novo whitepaper mostra que o atual desenvolvimento de energias renováveis não será, nem de perto, suficiente caso não seja reduzida ao mesmo tempo a demanda por energia, fazendo referência à drástica aceleração na demanda por resfriamento no Sul Global como um caso pontual.

De acordo com o CEO da Danfoss, Kim Fausing, esse whitepaper destaca a necessidade urgente de os líderes climáticos incluírem medidas de eficiência energética e eletrificação em seus planos da COP27.

“O mundo, particularmente a Europa, está seguindo uma abordagem unilateral para a crise energética, concentrando-se apenas no fornecimento de energia e não o suficiente na demanda. Para cada dólar gasto em eficiência energética, podemos evitar gastar mais de 2 dólares em fornecimento de energia. A tecnologia está disponível e as soluções de eficiência energética podem ser usadas hoje em todos os setores. Se não agirmos agora para atender à crescente demanda por energia, será extremamente difícil e mais caro cumprir a meta do Acordo de Paris de ficar abaixo de 1,5 graus de aquecimento”, afirma Fausing.

Necessidade urgente de focar na demanda

O whitepaper, intitulado "O lado da demanda negligenciada da equação verde", aprofunda os detalhes de como a eficiência energética é um facilitador da eletrificação. Para chegar ao carbono zero (net zero), os especialistas concordam que se deve substituir a energia fóssil por fontes renováveis e eletrificar tudo em todos os setores.

No entanto, para aumentar o papel da eletricidade na matriz energética, que é um fator fundamental, mas esquecido, é necessário reduzir a demanda de energia primeiro. A energia verde vem em picos e é usada em picos. A eficiência energética reduz esses picos e reduz o custo sistêmico da eletrificação.

Ainda assim, os edifícios, infraestrutura, redes de transporte e veículos do mundo continuam operando com grandes ineficiências, desperdiçando energia e calor em grande escala. Este novo whitepaper aborda esse problema de frente, fornecendo recomendações políticas claras e práticas para corrigir a equação atualmente desequilibrada, destacando os principais dados e números que devem informar a tomada de decisões coletivas sobre essas questões. Por exemplo:

* Soluções de eficiência energética, se implantadas em escala global, podem levar o mundo a um terço do caminho para o net zero (de acordo com a AIE);

- * Para cada dólar gasto em eficiência energética, podemos evitar gastar mais de 2 dólares em fornecimento de energia;
- * No cenário net zero da AIE, até 2030 a população global crescerá em 750 milhões de pessoas e a economia será 40% maior do que hoje, mas a demanda final de energia precisará ser 5% menor;
- * O resfriamento é um ponto cego global na mitigação das mudanças climáticas. À medida que as economias crescem e se adaptam a um clima mais quente, especialmente no Sul Global, a crescente demanda por resfriamento tem o potencial de gerar um dos aumentos mais substanciais nas emissões de gases de efeito estufa que já vimos;
- * Os legisladores devem implantar urgentemente soluções para reduzir o desperdício de energia e eletrificar transportes, indústrias e edifícios;
- * Apenas para as residências, a eficiência aprimorada e a demanda de energia economizada podem ajudar a reduzir as contas globais de energia doméstica em pelo menos US\$ 650 bilhões por ano até 2030 no cenário net zero;
- * Além disso, investimentos mais altos para alcançar essas economias de energia podem promover 10 milhões de empregos extras até 2030 em áreas relacionadas à eficiência, como novas construções e reformas de edifícios, infraestrutura de fabricação e transporte.

Kim Fausing instiga os líderes mundiais a implementarem as recomendações do whitepaper em seus planos climáticos agora: "Em suma, se não reduzirmos nossa demanda por energia, a construção de energias renováveis não será nem de perto suficiente. Simplesmente não teremos energia verde suficiente para atender às demandas de uma população crescente. Um fato esquecido é que a energia renovável vem em picos e é usada em picos. A eficiência energética nos permite reduzir esses picos, por exemplo, reutilizando o excesso de calor de indústrias, supermercados e data centers para aquecer nossas casas. A eficiência energética é fundamental para uma eletrificação plena da nossa sociedade", finaliza Fausing.

Apesar das recentes medidas encorajadoras tomadas na UE, os atuais níveis de investimentos em eficiência energética estão longe de ser suficientes para cumprir os objetivos climáticos globais.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 17/11/2022

COP 27 É O PALCO CORRETO PARA O EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO

Redação Portogente

Gerente de competitividade do Sebrae comenta a importância de apresentar as soluções dos pequenos negócios de energia verde para a conferência global



De forma inédita, o Sebrae está participando da 27ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022, no Egito. Essa é a primeira vez que os pequenos negócios brasileiros apresentam suas soluções contra os efeitos do aquecimento global em um evento desta magnitude. A ação visa posicionar o Brasil como a nova cadeia de suprimentos do mundo, fortalecida pelos pequenos negócios, que proporcionam uma matriz energética cada vez mais limpa, segura e sempre diversificada. O evento segue até 18 de novembro na cidade de Sharm El Sheikh.

COP 27

Em entrevista para a ASN, o gerente de Competitividade do Sebrae, César Rissete, explica que a COP 27 funciona como uma vitrine para os produtos e serviços das micro e pequenas empresas além da oportunidade de networking com os



maiores players do ecossistema de energia do mundo. “Estamos otimistas com a nossa participação no Egito. Estamos ampliando o diálogo e atraindo investimentos para o segmento, que é quem abastece os grandes players e consolida nosso país pelas soluções complexas desenvolvidas para integrar as fontes de energia”, afirma. Confira a íntegra da entrevista abaixo.

Qual é a importância desta participação?

CR: Esse é o debate do presente e do futuro. Cada vez mais essa questão da sustentabilidade e da energia renovável tem sido uma constante no dia a dia dos negócios. Então estar na COP 27 pela primeira vez institucionalmente marca uma diferença do ponto de vista de posicionamento – afinal, estamos participando de um grande debate mundial. A mudança climática é um assunto prioritário e que demanda novos investimentos em todo o mundo.

Na prática, como está sendo a participação do Sebrae na Conferência?

CR: Os representantes das micro e pequenas empresas estão participando de 40 painéis, sendo 21 deles presenciais na COP 27, no Palco Empreendedor Sebrae, dentro do Pavilhão Brasil, e 19 painéis com transmissão remota de diversos pontos do Brasil. Em todos eles, estão sendo apresentadas as diferentes soluções desenvolvidas para a descarbonização das cadeias produtivas nas indústrias, redução do consumo de energia, água, além das soluções territoriais com energias renováveis.

Os temas da nossa programação vão desde as estratégias e fontes de financiamento das energias limpas no Brasil, à Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, engajamento da juventude na energia, a presença feminina no mercado de energia, tecnologias sociais do uso de recursos naturais para redução do consumo. O Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), que fica em Cuiabá, também está mostrando todo o trabalho que tem feito ao longo da sua história também.

Ampliando o olhar para o segmento, existe um objetivo maior do Sebrae na COP?

CR: Com certeza. Para além das inovações apresentadas e dos negócios que estão sendo gerados na COP, estamos reforçando, a nível mundial, a mensagem que as micro e pequenas empresas são indispensáveis no processo de busca por soluções e energias renováveis que as grandes empresas precisam. A solução para o cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa passa, necessariamente, pelo empreendedorismo.

Partindo desta lógica, como as pequenas, médias e grandes estão ligadas?

CR: Cada vez mais as grandes empresas procuram o Sebrae para fazer parcerias visando melhorar sua cadeia de valor, de quem fornece serviços, produtos e tecnologia. Isso significa que estamos no palco correto mostrando empreendedorismo, mostrando a solução. A solução das novas economias passa pelos pequenos negócios, não só do ponto de vista de emprego, mas da sustentabilidade do Brasil e do mundo. É isso que o Sebrae está fazendo nesses dias na COP.

Quais serão os benefícios para os donos de MPE que estão na COP 27?

CR: Além de levar apresentar sua solução (produto ou serviço) ao mundo, os empreendedores estão fazendo contatos comerciais e participando de rodadas de negócios. Os empresários selecionados para a Conferência já são clientes do Sebrae, já fazem parte dos nossos projetos, então vão potencializar os ganhos do encadeamento produtivo. Sem contar a visibilidade que eles terão, que ajudará muito como credencial na volta, quando eles terão todo o acompanhamento do Sebrae no sentido de planejar a expansão internacional desses negócios sustentáveis.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 17/11/2022

REFLETIR O COMÉRCIO INTERNACIONAL À LUZ DA COP27

Editor Portogente

Pensar a vida como um fenômeno puramente biológico (Fritjof Capra)



A presença de membros da comissão de transição para o governo Lula na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), no Egito, sinaliza um debate renovado e intenso desse tema no Brasil. A questão central nessa discussão permanece sendo as metas de emissões de gases de efeito estufa. Tem destaque o fato de a população do planeta Terra ter atingido 8 bilhões de habitantes, na segunda-feira (14/11), e manter um crescimento populacional que

projeta chegar à marca de 9,7 bilhões em 2050.

Leia também * Regionalizar o Porto de Santos no governo Lula

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115105-regionalizar-o-porto-de-santos-no-governo-lula>

Tais números exigem reflexão sobre os novos fatores de desenvolvimento e a reorganização do espaço habitado. Ou seja, a relação das ocupações pela ciência e tecnologia, ao ponto do artifício se sobrepor e substituir a natureza. Esse novo tempo do Brasil é oportunidade de evolução para avançar na compatibilização do progresso da sociedade e a necessidade de políticas de preservação do meio ambiente. E não carecemos de potencial.

Leia ainda * A Amazônia como produto Caviar

<https://portogente.com.br/noticias/opiniaio/113147-a-amazonia-como-produto-caviar>

O Greentech, para portos e terminais, no porto de Hamburg no próximo 22 de fevereiro, focando a sustentabilidade controlada pela tecnologia e máquinas inteligentes, estende o tema da COP27 ao comércio marítimo. Consequentemente, neste contexto, a verdadeira sustentabilidade envolve as logísticas e ultrapassa os limites de portos e terminais. Temas que estão no radar do Greentech, no Brasil, na sua quarta edição, no dia 22 próximo, com suporte do Cubo Itaú. É um debate imperativo.

Leia também * ESG no comércio internacional na plataforma Plus Sustentável

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114810-esg-no-comercio-internacional-na-plataforma-plus-sustentavel>

A verdadeira sustentabilidade inclui eliminar desperdícios e valorizar a reciclagem. Para tanto e ao longo de todo o processo logístico que passa pelos portos e terminais, essa consciência deve prevalecer e se traduzir em parcerias entre os seus atores. O debate da relação Porto-Cidade é imperativo nessa abordagem. Entretanto, no Brasil ele ainda não atingiu um nível satisfatório de estruturação que possa transpor a dimensão do desafio.

Consequência das estratégias portuárias centralizadas em Brasília.

Leia mais * Sustentabilidade no transporte de cargas

<https://portogente.com.br/noticias/opiniaio/115008-sustentabilidade-no-transporte-de-cargas>

O que se assiste de positivo da comitiva do próximo governo brasileiro no Egito tem significado imediato: maior diálogo com o mundo. Olhando o futuro, está acontecendo um Brasil desenvolvendo uma economia inovadora e gerando dividendos globais para um progresso pujante. Um protagonismo em utilizar preservando o seu potencial natural único, para servir o planeta com competência e soberania.

Leia ainda * SOS Amazônia

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/112846-sos-amazonia>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 17/11/2022

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O HIDROGÊNIO VERDE, UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Governo do Ceará firmou um convênio com o Banco Mundial, para a realização de pesquisas e o fomento do desenvolvimento tecnológico voltados à exploração do hidrogênio verde. A parceria foi fechada com o programa da entidade internacional que incentiva a utilização e a movimentação do combustível em países em desenvolvimento, um projeto lançado na última terça-feira durante a 27ª edição Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27), que conta com recursos da ordem de US\$ 4 bilhões e foi batizado como H4D: Hidrogênio para o Desenvolvimento.

O acordo prevê reuniões semestrais entre as partes para o alinhamento do programa, avaliação do progresso das atividades aprovadas, trocas de informações sobre as atividades dos parceiros e estabelecimentos dos arranjos organizacionais para a entrega das tarefas.

Esta é mais uma iniciativa do Ceará voltada ao Hidrogênio Verde. Atualmente, a maioria de suas ações relacionadas com o combustível está centrada no Porto de Pecém, cuja retroárea tem as condições ideais para receber usinas do produto.

A parceria é uma ação positiva, principalmente por buscar o desenvolvimento tecnológico e energético para o estado e sua cadeia de negócios, inclusive a portuária. Trata-se de uma ação que deve ser explorada ao máximo de seu potencial, com os avanços previstos sendo nacionalizados. A maior exploração do hidrogênio verde não é apenas uma ação ambientalmente positiva e comercialmente vantajosa. É também uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico. Assim, cabe aos gestores públicos e à iniciativa privada entender a importância desse acordo e explorar as chances que se apresentam.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/11/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

VISITA PRESIDENCIAL 1

O presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (PT) visitará Portugal amanhã e no sábado. Ele aproveitará seu retorno da 27ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27), realizada no Egito, e fará uma escala na capital lusitana, Lisboa, para encontros com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o primeiro-ministro António Costa. E no que depender das autoridades portuguesas, entre os assuntos que serão debatidos pelos três, estarão a maior integração comercial entre as duas nações e o papel estratégico dos portos.

VISITA PRESIDENCIAL 2

Em recente entrevista, ao comentar a visita de Lula à Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Gomes Cravinho, destacou que as duas nações podem “trabalhar juntos de forma muito intensa em matéria de energias renováveis. É uma das áreas fortes da economia portuguesa e o Brasil, não tenho dúvidas, que irá enveredar por uma aposta muito mais significativa em matéria de energias renováveis”, afirmou.

VISITA PRESIDENCIAL 3

Cravinho ainda destacou a proximidade geográfica do Porto de Sines com a costa brasileira. “Queria assinalar que o Porto de Sines é o mais próximo do Brasil e o Brasil tem um grande potencial para

se tornar um exportador de hidrogênio, portanto, o hidrogênio verde, que será a energia do futuro e isso será mais um elo para a relação entre Portugal e o Brasil”, afirmou.

DO CEARÁ PARA SÃO PAULO

O diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC) e presidente da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e do Conselho Feminino do Brasil Export, Mayhara Chaves, poderá mudar de estado no próximo ano. Ela é cotada para assumir um cargo no setor de transportes do governador eleito de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas. Eles trabalharam juntos nos últimos anos, quando Tarcísio estava à frente do Ministério da Infraestrutura, pasta que controla as companhias docas. Segundo fontes ligadas à equipe do governador eleito, ele deseja fazer um governo com homens e mulheres de reconhecida capacidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

NACIONAL - GRUPO DE TRABALHO DE INFRAESTRUTURA SE REÚNE COM MINISTRO MARCELO SAMPAIO

Equipe planeja se encontrar com agências reguladoras e secretarias do Ministério na próxima semana

Por **TALES SILVEIRA** - tales@portalbenews.com.br



Segundo o deputado federal Paulo Pimenta, o Ministério da Infraestrutura mostrou “total disposição em fazer uma transição a mais republicana possível”

DE ACORDO COM O DEPUTADO PAULO PIMENTA, ATÉ O DIA 12 DE DEZEMBRO DEVERÁ SER ENTREGUE O RELATÓRIO FINAL COM INDICAÇÕES DE PROPOSTAS PARA ESTRUTURAÇÃO DO SETOR E DE EDIÇÃO E REVOGAÇÃO DE ATOS E NORMAS

O Grupo de Trabalho (GT) de Infraestrutura da equipe de transição foi recebido pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, na sede da pasta, em Brasília, no final da tarde de ontem (16). Segundo um dos integrantes do GT, o deputado federal Paulo Pimenta (PT/RS), nesse primeiro encontro houve apresentações sobre a estrutura do Ministério e novas reuniões foram marcadas, dessa vez com os órgãos reguladores - como as agências nacionais de Transportes Aquaviários (Antaq) e de Transportes Terrestres (ANTT) - e com secretarias.

“Foi uma reunião mais que protocolar. O Ministério apresentou um diagnóstico bastante consistente sobre todas as secretarias e agências. Mostraram também total disposição em fazer uma transição a mais republicana possível. A partir da semana que vem faremos reuniões temáticas com cada uma das secretarias e agências. Isso fará com que possamos aprofundar pontos apresentados preliminarmente a nós hoje”, disse Pimenta logo após sair do encontro com o ministro, em frente ao Ministério.

Ainda de acordo com Pimenta, a ideia é que todas as reuniões aconteçam na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Deverão ser ouvidas as secretarias de Portos, Transportes Terrestres e Nacional de Aviação. Também a agências de Transportes Terrestres (ANTT), de Aviação Civil (Anac) e de Transportes Aquaviários (Antaq).

“Faremos uma bateria de reuniões com cada secretaria e com agências para descobrir quais são os principais projetos e programas em execução e futuros para o setor. A ideia é que elas aconteçam de terça-feira a quinta-feira”, comentou o parlamentar.

Participaram da audiência de ontem a ex-ministra do Planejamento e ex-presidente da Caixa Econômica Federal no governo Dilma Rousseff (PT), Miriam Belchior, o ex-ministro da então

Secretaria de Portos da Presidência da República, Maurício Muniz, o senador Alexandre Silveira (PSD/MG) e os secretários nacionais de Transportes Terrestres (SNTT), Felipe Queiroz, e de Portos e Transportes Aquaviários, Mario Povia (por vídeo conferência).

De forma virtual participaram Gabriel Galipolo, economista e ex-presidente do banco Fator; Vinícius Marques, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Fernanda Batista, secretária estadual de Infraestrutura de Pernambuco; e Marcos Cavalcan, secretário estadual de Infraestrutura da Bahia.

Entrega dos relatórios

O deputado Paulo Pimenta falou ainda sobre o cronograma de entregas do grupo de trabalhos de infraestrutura. Até o dia 12 de dezembro deverá ser entregue o relatório final com indicações de propostas para estruturação do setor e de edição e revogação de atos e normas.

“Temos duas datas importantes. A primeira é o dia 2 de dezembro que, a princípio, vale para todos os grupos. Nesta data devemos apresentar a proposta e sugestões de estruturação e reestruturação dos órgãos de governo. Também atos normativos a serem revogados e propostos. Uma segunda data é o dia 12 de dezembro que é o prazo limite para a entrega dos relatórios setoriais para a coordenação geral da transição”, falou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/11/2022

NACIONAL - “TRAREMOS MAIS AGILIDADE PARA O OPERADOR LOGÍSTICO”, DIZ MARCELLA CUNHA

Diretora-presidente da Abol vê com bons olhos o Projeto de Lei que estabelece normas para a atividade

Por **TALES SILVEIRA** - tales@portalbenews.com.br



“O ENTENDIMENTO QUE ESSE PROJETO TRAZ É DE QUE O OPERADOR LOGÍSTICO, QUE OFERECE ESSES TRÊS SERVIÇOS, SEJA CASCADEADO ATÉ CHEGAR NAS AGÊNCIAS REGULADORAS, COMO A ANVISA. E QUE A AGÊNCIA PASSE A FISCALIZAR EMPRESAS DE FORMA MAIS EFICIENTE”

MARCELLA CUNHA
presidente da Abol

Segundo levantamento divulgado em junho, a receita bruta dos operadores logísticos em 2021 foi equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano

A regulação trazida pelo Projeto de Lei (PL) 3.757/2020, que regulamenta a atividade de operador logístico (OL) no Brasil e altera as normas sobre armazéns gerais, trará desburocratização e deverá impactar no custo final dos serviços ofertados pelo setor. É o que afirma a diretora-presidente da Associação Brasileira dos Operadores Logísticos (Abol), Marcella Cunha.

“O projeto trará desburocratização e agilidade, o que consequentemente pode trazer operações logísticas mais inteligentes, eficientes, que impactarão no preço. Traremos mais agilidade para o operador logístico”, disse.

Segundo ela, tudo o que estiver relacionado ao OL – que hoje oferece serviços de transporte por qualquer modal, armazenagem em qualquer condição física e fiscal e gestão de estoque – será feito de maneira centralizada e eficiente.

“Hoje somos fiscalizados, ora como armazenadora, ora transportadora rodoviária de carga, quando, na verdade, somos tudo isso e muito mais. O entendimento que esse projeto traz é de que o operador logístico, que oferece esses três serviços, seja cascadeado até chegar nas agências



reguladoras, como a Anvisa. E que a agência passe a fiscalizar empresas de forma mais eficiente”, afirmou.

O projeto foi aprovado na última semana na Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados. O PL, que já tramita há dois anos no Congresso, é de autoria do deputado Hugo Leal (PSDB/ RJ) e foi relatado pelo deputado Carlos Chiodini (MDB/SC). Também conta com o apoio do presidente da CVT, deputado Hildo Rocha (MDB/MA).

De acordo com a nota publicada pela Abol, ao longo desses dois anos a entidade “fez um trabalho de esclarecimento contínuo sobre a importância do texto junto aos parlamentares interessados em entender melhor a função e as áreas de atuação dos OL”.

Para se ter uma ideia, em junho deste ano a associação apresentou aos parlamentares da CVT um levantamento demonstrando que a receita bruta dos operadores logísticos em 2021 foi equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano. Segundo os dados apresentados, o setor movimentou R\$ 166 bilhões, gerando 2 milhões de empregos diretos e indiretos. Também foram pagos aos cofres públicos R\$ 44 bilhões em impostos.

O estudo também demonstrou que, nos últimos dois anos, houve um crescimento de receita bruta dos OL, impulsionada principalmente pelo crescimento do e-commerce no Brasil. Em 2020, os operadores logísticos atendiam 26% deste mercado. Já em 2022 esse percentual se elevou para 42%.

Contudo, os custos com a prestação do serviço e com despesas operacionais fizeram com que grande parte dos mais de mil OL que atuam no Brasil, entre pequenas e médias empresas, não viessem faturamentos proporcionais à demanda.

Tramitação acelerada

Marcella Cunha afirmou que esse período foi importante. Agora, a tramitação tende a ser mais acelerada, uma vez que conta com o conhecimento do OL no Congresso e conta com contribuições de entidades importantes como a Confederação Nacional de Transportes (CNT), a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística). Também com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que estão trabalhando em melhorias no texto.

“Concordamos 100% com o texto apresentado. Ele foi construído a várias mãos e conta com o nosso apoio. Essa é a primeira comissão temática e a tramitação legislativa é longa. Mas ainda que o processo tenha iniciado em 2020, ele precisou desses dois anos para ser amadurecido com outras entidades representativas. Isso trará celeridade maior na tramitação, uma vez que trará concordância entre as partes envolvidas”, falou.

O projeto tramita em caráter conclusivo, modalidade de tramitação onde passa somente por comissões sem a necessidade de aprovação em plenário. Ele será analisado agora pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após essas aprovações o texto é enviado ao Senado.

Sobre o projeto

O PL 3.757/2020 determina que a operação logística compreenderá serviços como recebimento de produtos, carga, descarga, armazenagem, gerenciamento de estoque, fracionamento, etiquetagem, separação, processamento de pedidos e transporte em qualquer modal.

A atividade independe de concessão, permissão, autorização, licença ou registro, exceto quando a mercadoria possuir leis específicas de transporte e armazenagem.

A proposta prevê ainda a habilitação de empresas de OL para emissão de dois tipos de “títulos armazeneiros”. O primeiro é o conhecimento de depósito, que atesta que a mercadoria existe e está

armazenada na empresa. O segundo é o warrant, que confere direito de penhor da mercadoria ao seu proprietário.

Os dois títulos poderão ser negociados por meio de endosso, um ato cambiário que permite que um credor, possuidor do título de crédito (endossante), transfira (transferência de título à ordem) seus direitos a outra pessoa (endossatário). Qualquer constrição judicial, como penhora ou arresto de bens, incidirá sobre os títulos, e não sobre as mercadorias. Estas só poderão sofrer restrição judicial em caso de falência do contratante ou de perda de título armazenado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

REGIÃO NORDESTE - CEARÁ FECHA PARCERIA COM BANCO MUNDIAL EM PROGRAMA DE HIDROGÊNIO VERDE

Convênio firmado na COP27, no Egito, prevê investimento de US\$ 4 bilhões

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A parceria prevê reuniões semestrais entre os parceiros para alinhamento do programa de trabalho do H4D: Hidrogênio para o Desenvolvimento

O governo do Ceará, por meio da Agência de Desenvolvimento do Estado (Adece), assinou um convênio com o Banco Mundial que prevê investimento de US\$ 4 bilhões em financiamento de pesquisas, projetos-piloto e tecnologias para a implantação do hidrogênio verde (H2V) nos países em desenvolvimento.

O programa, chamado H4D: Hidrogênio para o Desenvolvimento, foi lançado oficialmente na terça-feira (15), na COP27, no Egito, irá ajudar a incentivar financiamentos para o H2V de fontes públicas e privadas; promover a capacitação e soluções regulatórias; e modelos de negócios e tecnologias para o segmento.

O Estado foi o único representante do Brasil na iniciativa, que conta com várias instituições de mercado, academias e de pesquisa.

“Este convite é um reconhecimento do protagonismo do estado do Ceará com relação ao hidrogênio verde, o que é muito bom”, disse o secretário executivo da Casa Civil do Ceará, economista Célio Fernando Bezerra Melo.

A parceria prevê reuniões semestrais entre os parceiros para alinhamento do programa de trabalho do H4D, avaliação do progresso das atividades aprovadas, trocas de informações sobre as atividades dos parceiros e estabelecimentos dos arranjos organizacionais para a entrega das tarefas.

Segundo a pasta, o H4D está aberto a todas as partes interessadas na temática de hidrogênio verde e já conta com vários representantes de diversos países.

O presidente da Adece, Francisco Rabelo, que acompanhou o evento de forma remota, disse que a participação do Ceará no programa é mais uma ação dentro do projeto “robusto” que o Estado está promovendo em prol da transição energética.

“AH4D é uma parceria que envolve vários players globais em torno da criação de ações voltadas para o desenvolvimento da indústria de hidrogênio de baixo carbono e da promoção da sua alta escala nos mercados local e mundial”, explicou Rabelo.

Já o secretário Célio Fernando destacou que as discussões que envolvem a transição energética no mundo lembram a necessidade da construção de cadeias produtivas, por isso a importância de se trabalhar ao lado da ciência, tecnologia e inovação.

“Quando a gente fala de hidrogênio verde a gente fala no eletrolisador, na quebra de molécula, mas é muito mais coisas. Você pode trabalhar com inovação, com o uso e reuso da água, até mesmo a questão de fertilizantes”, destacou.

Além da Adece, atualmente, listam como parceiros do H4D a Green Hydrogen Organization; NREL; Rocky Mountain Institute; Australian Hydrogen Council; RISE Research Institute of Sweden; Center for Hydrogen Energy Systems Sweden (CH2ESS); Chile Green Hydrogen Organization; Hydrogen Council, H2LAC; H2 Colômbia; H2 México e CORFO.

Antes da assinatura, representantes da Adece participaram do debate promovido pelo painel “Estratégias Nacionais de Hidrogênio para a Transição para a Segurança Energética na América Latina e no Caribe”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 17/11/2022

REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO E PARÁ DEVEM FECHAR PARCERIA LIGADA AO SETOR PORTUÁRIO

Secretário de Portos paraense visitou o Porto de Suape para iniciar tratativas
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Representantes da Diretoria de Meio Ambiente de Suape mostraram o funcionamento da estatal ao secretário paraense, Alexandre Carvalho

O secretário de Portos, Logística e Energia de Barcarena, no Pará, Alexandre Carvalho, esteve em visita no Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) na semana passada para conhecer as instalações, os projetos desenvolvidos pelo anfitrião e iniciar as tratativas sobre uma possível parceria entre os portos dos dois estados.

De acordo com Paulo Teixeira, coordenador de Gestão Portuária de Suape, o encontro oportunizou um primeiro contato com o secretário, “no qual abrimos as portas para uma parceria dinâmica e duradoura”, disse.

Ainda segundo Teixeira, algo de concreto deve ser apresentado após o segundo encontro, marcado para ocorrer ainda em novembro.

Durante a visita, o coordenador de Gestão Portuária e o assistente técnico da Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental e Responsabilidade Socioambiental, José Mário Flor, ambos da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, apresentaram as boas práticas na área e o funcionamento da estatal pernambucana ao visitante.

Suape premiado

O Porto de Suape foi premiado, no último dia 11, pela realização do monitoramento do ambiente estuarino da região, que tem a preservação do cavalo-marinho como referência.

O reconhecimento aconteceu no Congresso Internacional de Desempenho Portuário (IX Cidesport), evento promovido pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com a Universidade de Valência, na Espanha, entre os dias 9 a 11 de novembro, em Florianópolis.

A estatal pernambucana ficou em segundo lugar entre os três portos públicos do Brasil que foram premiados na ocasião. O Porto do Itaqui (MA) ocupou o primeiro lugar e o terceiro foi para o Porto São Francisco do Sul (SC).

“É com imensa satisfação que recebo essa certificação em nome de todos os colaboradores de Suape, que não pouparam esforços para chegarmos aqui. Atualmente, contamos com a ISO 14001, ISO 16001 e a ISO 9001. Hoje, temos inúmeros motivos para celebrar”, ressaltou Rafaella Viana, coordenadora de Certificação e de Meio Ambiente do Porto de Suape.

O congresso busca estimular a discussão sobre o desempenho do setor portuário, a partir da perspectiva da comunidade científica e dos profissionais que atuam na gestão dos portos.

“O nosso objetivo é garantir a eficiência do Porto de Suape, que opera 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano, criando mecanismos para que o complexo seja sustentável e repleto de oportunidades. Ficamos imensamente felizes pelo reconhecimento ao nosso atracadouro”, afirmou o diretor-presidente de Suape, Francisco Martins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

REGIÃO SUL - PORTONAVE INICIA OPERAÇÃO DE CABOTAGEM NA PRIMEIRA SEMANA DE DEZEMBRO

Portonave inicia operação de cabotagem na primeira semana de dezembro

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



A Portonave irá operar a rota que liga o Brasil, entre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, aos países do Mercosul

O TERMINAL PRIVADO PASSARÁ A OPERAR A LINHA COM EXCLUSIVIDADE APÓS A MUDANÇA DO SERVIÇO DE ITAJAÍ PARA NAVEGANTES

O Porto de Navegantes (SC) começará a operar o Serviço Atlântico Sul (SAS), dos armadores Log-in e Mercosul, na primeira semana de dezembro. Essa é uma linha de navegação de cabotagem de contêineres com rota que liga o Brasil, entre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, aos países do Mercosul.

O terminal privado passará a operar a linha com exclusividade após a mudança do serviço de Itajaí para Navegantes. As escalas serão semanais, com a primeira atracação prevista para a primeira semana de dezembro. As principais cargas são frango, cereais, cerâmica, ar-condicionado entre outros.

A Portonave se tornará o único terminal de Santa Catarina a operar nessa rota com esse serviço. No Brasil, somente seis portos oferecem o serviço SAS, sendo Pecém (CE), Suape (PE), Salvador (BA), Santos (SP) e Rio Grande (RS). Tratando-se de Mercosul, o serviço passa em portos de Buenos Aires e La Plata, na Argentina, e Montevidéu, no Uruguai.

“Esse serviço é importante para nós, assim como é importante a cabotagem para o nosso País. Temos uma boa perspectiva com relação a isso, além da cabotagem conectar as linhas de longo curso. Esse serviço traz uma grande sinergia”, declarou o diretor-superintendente administrativo, Osmari de Castilho Ribas.

“Esse serviço operava, até então, em Itajaí, e por questões comerciais e operacionais houve a oportunidade de passar a operar na Portonave. Nós temos uma boa expectativa com relação à

movimentação e, também, ao que, indiretamente, irá contribuir para as linhas de longo-curso”, acrescentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

REGIÃO SUDESTE - GIGANTE APLYANGSHAN RETORNA AO PORTO DE SANTOS

Navio atracou no Tecon Santos para movimentar 2.887 contêineres

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br

Desta vez, o APL Yangshan está movimentando 3.600 toneladas de carga, entre desembarque e embarque

O gigante porta-contêineres APL Yangshan retornou ao Porto de Santos (SP) na manhã de ontem (16) para movimentar 3.600 toneladas de carga, entre desembarque e embarque. O navio atracou novamente no terminal de contêineres da Santos Brasil, na margem esquerda (Guarujá), como ocorreu no último dia 8.

O navio, de bandeira de Singapura, tem 347,09 metros de comprimento por 45,27 metros de largura. Para a sua passagem pelo canal de navegação foi necessário interromper as operações de balsas na travessia Santos-Guarujá, no período da manhã, entre 9h20 e 10h40.

Segundo apurado pela reportagem, o navio atracou no Tecon Santos para movimentar 2.887 contêineres e a previsão é de que as operações sejam concluídas ainda hoje. De acordo com informações do site da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos, o APL Yangshan está desembarcando 1.800 toneladas de produtos e embarcando outras 1.800 toneladas, totalizando uma movimentação de 3.600 toneladas.

O navio APL Yangshan pertence ao armador CMA CGM, o mesmo do Vela, que atracou no Tecon Santos em 24 de outubro e foi a primeira embarcação desse porte a atracar no Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

REGIÃO SUDESTE - SPA REALIZA LEILÃO DE BENS PARA SUCATA NO DIA 22

Visitas aos bens postos à venda podem ser feitas nos dias hoje, amanhã e segunda-feira (21)

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



Ao todo, 19 lotes de sucatas estarão à venda na próxima terça-feira (22), às 10 horas

A Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos (SP), realizará um leilão online de bens na próxima terça-feira (22), a partir das 10 horas. Ao todo, 19 lotes de sucatas estarão à venda.

Segundo informa a Autoridade Portuária em nota, interessados podem visitar os bens hoje (17), amanhã (18) e segunda-feira (21), mediante agendamento pelo telefone (13) 3202- 6565, ramais 2862 ou 2047. Para participar do pregão online, é necessário efetuar cadastro no site do leiloeiro www.sodresantoro.com.br, até as 10h do dia 21.

A SPA reserva-se o direito de não liberar os itens que não alcançarem preço mínimo. Mais detalhes sobre os bens a serem leiloados e respectivos locais de visita, bem como as regras gerais para o certame estão no portal www.portodesantos.com.br, na notícia referente ao assunto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/11/2022

INTERNACIONAL - PROJEÇÃO DE SUPERÁVIT GLOBAL DE AÇÚCAR SOBE PARA 6,1 MILHÕES DE TONELADAS

Esmava para a safra 2022/23 é da Organização Internacional do Açúcar. A última projeção, divulgada em agosto, era de 5,5 milhões de toneladas

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



A organização aponta uma esmava de oferta global de exportação em 2022/23 de 64,4 milhões de toneladas, superior à anterior, que era de 62,8 milhões

“A CHAVE PARA A BALANÇA COMERCIAL 2022/23 SERÁ A PRODUÇÃO ADICIONAL NO BRASIL PREVISTA PARA ESTE CICLO, QUE PROVAVELMENTE AUMENTARÁ A DISPONIBILIDADE DE EXPORTAÇÃO”

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

A Organização Internacional do Açúcar (ISO, na sigla em inglês) elevou sua projeção de superávit do produto na safra 2022/ eladas. A previsão anterior, divulgada em agosto, era de 5,5 milhões de toneladas.

Já para o ciclo 2021/22, a entidade estima um déficit de 1,6 milhão de toneladas. Quanto à produção de açúcar na safra 2022/23 no mundo, a ISO também elevou a estimativa de 181,9 milhões para 182,1 milhões de toneladas.

Para o consumo, a organização projeta 175,9 milhões de toneladas, volume 1,6 milhão de toneladas superior ao do ciclo 2021/22.

“Com o início da temporada 2022/23, vemos a oferta (de açúcar) do hemisfério norte aumentando à medida que as colheitas começam”, afirmou a ISO, em comunicado.

De acordo com a organização, o volume de produto disponível para embarque aumentou devido ao anúncio das licenças de exportação, na Índia, ao aumento da oferta de estoques para venda ao exterior na Tailândia.

Produção brasileira A entidade destacou ainda que o crescimento da produção brasileira poderá impactar a oferta e a demanda. “A chave para a balança comercial 2022/23 será a produção adicional no Brasil prevista para este ciclo, que provavelmente aumentará a disponibilidade de exportação”, informou a ISO.

A organização aponta uma esmava de oferta global de exportação em 2022/ 23 de 64,4 milhões de toneladas, superior à anterior, que era de 62,8 milhões de toneladas. A projeção para a demanda de importação, por sua vez, que foi de 62,1 milhões de toneladas no ciclo anterior, é agora de 61,5 milhões de toneladas.

Já a previsão para os estoques globais subiu de 96,8 milhões para 99,7 milhões de toneladas. Com isso, a relação entre estoque final e consumo deverá ser de 56,68% em 2022/23, o que representará um aumento em comparação com a temporada anterior, quando a proporção foi de 55,56%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/11/2022

PORTUGAL - PORTUGAL EXPORT COMEÇA HOJE DEBATENDO OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Primeiro evento internacional de debates sobre infraestrutura portuária, logística e transportes vai até amanhã, nos portos de Sines e Lisboa

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



A visita às instalações do Porto de Lisboa, prevista para amanhã, é uma das atividades da delegação que participa do Portugal Export

Começa hoje (17) o Portugal Export, primeiro encontro internacional de debates sobre infraestrutura portuária, logística e transportes realizado pelo fórum Brasil Export. O evento, que vai até amanhã (18), acontece nas instalações dos portos lusitanos de Sines e Lisboa. Autoridades e especialistas dos dois países vão discutir oportunidades de negócios, entre outros temas, além de trocar experiências e conhecimento.

Com mais de 100 inscritos, o Portugal Export já é considerado um sucesso nas palavras do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião. Durante jantar realizado ontem, em um restaurante de Lisboa, ele fez um breve discurso para as dezenas de autoridades públicas e lideranças empresariais que fazem parte da delegação e demonstrou sua alegria pela concretização desse projeto.

“Estou muito feliz porque plantamos uma semente em março deste ano, com a criação do (conselho do) Portugal Export. Começamos amanhã (hoje) em Sines; dia 18 aqui em Lisboa. O evento é um sucesso, superou as nossas expectativas. Tivemos que encerrar as inscrições com antecedência”, declarou.

Além de citar o apoio de autoridades e empresários locais, Fabrício fez uma menção honrosa a Benjamin Gallo, presidente do Portugal Export, e ao diretor-executivo Marcelo Sobreira. Os dois, segundo o CEO, foram fundamentais para a viabilidade do evento no país.

Fabrício Julião também falou da importância de um encontro como esse para compartilhar experiências. “Pessoas que já estiveram em outras viagens percebem o quanto uma viagem como essa, não só pelo papel técnico, mas pela questão do convívio, do relacionamento, acaba fazendo a diferença. Que nós tenhamos uma viagem de muito sucesso, de muito proveito, de muito relacionamento e que tudo corra bem. Muito obrigado a todos”, finalizou.

Programação

Uma solenidade no edifício sede da Administração do Porto de Sines marca a abertura da primeira edição do Portugal Export. Está incluída nessa cerimônia a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a APP (Associação dos Portos de Portugal) e a Abeph (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias).

Hoje serão realizados dois painéis. O primeiro deles, “Agronegócio brasileiro e a sinergia com Portugal”, terá apresentação de Wellington Fagundes (PL-MT), senador e presidente da Frente Parlamentar de Logística (Frenlogi).

O segundo painel do dia trata das boas práticas na gestão de portos/terminais brasileiros e portugueses. O apresentador será secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mario Povia.

Tanto esses painéis como o que será realizado amanhã, em Lisboa, terão como moderador o diretor de Redação do BE News, Leopoldo Figueiredo. Após os debates, a delegação fará uma visita de ônibus aos terminais multipropósito e de contêineres do Porto de Sines, que fica no distrito de Setúbal, a cerca de 160 km de Lisboa.

Na capital portuguesa a programação se inverte. Pela manhã serão feitas visitas às instalações do Porto de Lisboa. Já o ciclo de debates e palestras está previsto para a tarde.

O painel “Tecnologias incorporadas às operações logísticas e marítimas” terá apresentação de Angelino Caputo, presidente do Conselho do Brasil Tech Export e diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra).

O secretário nacional de Transportes Terrestres, Felipe Queiroz, fará a palestra de encerramento. Logo em seguida haverá a cerimônia que fecha o Portugal Export, com a leitura da carta a ser feita por Benjamin Gallotti.

Também está prevista uma visita à Embaixada do Brasil em Portugal antes do jantar de encerramento do fórum.

NORTE EXPORT 2022 – 17 E 18 DE NOVEMBRO – SINES E LISBOA PORTUGAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



BRASIL EXPORT FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
PORTUGAL EXPORT FÓRUM INTERNACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
17 e 18 de novembro
Sines e Lisboa, Portugal

Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a APP (Associação dos Portos de Portugal) e a ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias)

José Luís Cacho
Presidente da APP

Mayhara Chaves
Presidente da ABEPH

Acompanhe a transmissão online no BE News

BE NEWS

Confira a programação completa. Acesse pelo QR code.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/11/2022

PROGRAMAÇÃO – PORTUGAL EXPORT 2022 – 17 E 18 DE NOVEMBRO – SINES E LISBOA

17 | Hoje

- 9h45 – Solenidade de abertura, no edifício-sede da Administração do Porto de Sines
- Fabricio Julião, CEO do Brasil Export
- Marcelo Sampaio, ministro da Infraestrutura do Brasil
- José Luis Cacho, presidente da Administração dos Portos de Sines e Algarve



- Wellington Fagundes, senador da República Federativa do Brasil e presidente da Frente Parlamentar de Logística (Frenlogi)
- Felipe Queiroz, secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura do Brasil
- Mario Povia, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura do Brasil
- Mayhara Chaves, presidente da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph)
- José Roberto Campos, presidente do Conselho Nacional do Brasil Export
- Benjamin Gallotti, presidente do Conselho do Portugal Export

Cerimônia inclui assinatura do Protocolo de Cooperação entre a APP (Associação dos Portos de Portugal) e a ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias)

- 10h15 – Palestra de abertura por Marcelo Sampaio, ministro da Infraestrutura do Brasil
- 10h45 – Palestra ATEXP – Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá
- 11h15 – Coffee break
- 11h30 – Painel: Agronegócio brasileiro e a sinergia com Portugal

Apresentação: Wellington Fagundes (Mato Grosso-PL), senador da República Federativa do Brasil e presidente da Frente Parlamentar de Logística (Frenlogi)

Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do Portal BE News

Expositores

- Regis Prunzel, diretor de Portos da Cargill para a América do Sul
- Edson Souki, gerente de Geral da Odjfell Terminals/Granel Química
- Representantes da Aicep Global Parques | ZILS (Zona Industrial e Logística de Sines)
- Representante da Portsines (Terminal Multipropósito)

12h30 – Painel: Boas práticas na gestão de portos/terminais brasileiros e portugueses

Apresentação: Mario Povia, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura do Brasil

Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do Portal BE News

Expositores

- Gilmara Temóteo, presidente do Porto de Cabedelo
- Mayhara Chaves, diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará e da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph)
- Almirante Carlos Autran, presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba)
- Representante da PSA Sines (terminal de contêineres)

- 13h30 – Almoço oferecido pelo Porto de Sines
- 15h00 – Visita de ônibus aos terminais multipropósito e de contêineres do Porto de Sines
- 15h30 – Partida de Sines
- 17h30 – Chegada a Lisboa

18 | SEXTA

- 10h00 – Chegada e recepção na Gare Marítima de Alcântara (Lisboa)
- 10h30 – Apresentação da Autoridade Portuária de Lisboa
- 11h00 – Apresentação da Yilport-Liscont (Terminal de Contêineres)
- 11h30 – Apresentação da Silopor (Terminal de Granéis)
- 12h00 – Visita ao terminal da Yilport-Liscont

12h30 – Almoço oferecido pelo Porto de Lisboa

14h00 – Paineis: Tecnologias incorporadas às operações logísticas e marítimas

Apresentação: Angelino Caputo, presidente do Conselho do Brasil Tech Export e diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)

Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do Portal BE News

Expositores

- Danilo Abbondanza, sócio da Modal GR
- Marcello Di Gregório, diretor-geral da Super Terminais
- Ricardo Falcão, presidente da Praticagem do Brasil
- Carlos Correia, presidente da Administração do Porto de Lisboa
- Antônio Nabo Martins, presidente-executivo da Associação dos Transitários de Portugal (Apat)

15h00 – Palestra de encerramento de Felipe Queiroz, secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura do Brasil

15h30 – Cerimônia de encerramento e leitura da carta pelo presidente do Conselho do Portugal Export, Benjamin Gallotti

- Fabricio Julião, CEO do Brasil Export
- Marcelo Sampaio, ministro da Infraestrutura do Brasil
- Carlos Correia, presidente da Administração do Porto de Lisboa
- Olympio Faissol, ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Portugal

16h00 – Saída da Gare Marítima de Alcântara (Lisboa)

17h00 – Visita à Embaixada do Brasil em Portugal

19h00 – Jantar de Encerramento

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/11/2022

PORTUGAL – VITRINA POR CÂNDICE LA TERZA

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br



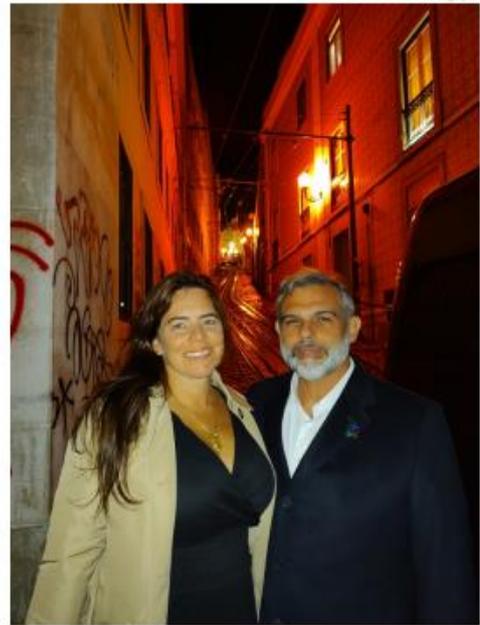
Nas proximidades da majestosa Avenida da Liberdade, um dos cartões postais de Lisboa, o diretor do Departamento de Novas e Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Fábio Lavor, o superintendente de Planejamento Portuário da Santos Port Authority (SPA), Bruno Tolino Grecco, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Minfra, Mario Povia, e o diretor-presidente da SPA, Fernando Biral.



Em ruas históricas da capital portuguesa, o presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, o diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Ricardo Molitzas, e o diretor-presidente do Sopesp, Régis Prunzel.



O presidente do conselho nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, em meio à diretora empresarial e de Relação com o Mercado da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Ana Paula Calhau, a promotora de Justiça e membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público Cristiane Podgurski e a CEO do Instituto Praticagem do Brasil, Jacqueline Wendpap, já preparados para seguir para Sines, hoje, para os debates do Portugal Export.



O advogado Benjamin Gallotti, presidente do conselho do Portugal Export, e sua esposa, Kelcy, um belo casal atuando pela maior integração entre o Brasil e Portugal.



E fechando esta edição especial do Vitrine, a simpatia da executiva do conselho do Portugal Export Sílvia Santiago e da presidente da Companhia Docas do Ceará, da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e do conselho feminino do Brasil Export, Mayhara Chaves.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/11/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP
TRAVESSIA DE BALSAS SERÁ PARALISADA PARA A SAÍDA DE MEGANAVIO
Informações: Santa Portal (17 de novembro de 2022)



Foto por: Portonave/Reprodução/ND

A travessia de balsas entre Santos e Guarujá será interrompida mais uma vez nesta quinta-feira (17), das 14h50 às 16h, por conta da partida do meganavio APL Yangshan do Porto de Santos, que seguirá para Paranaguá (PR).

De acordo com a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo o navio tem 347 metros de comprimento e para que a manobra de seja realizada, será preciso a parada temporária da travessia de balsas.

Durante os 70 minutos de interrupção, as balsas não ficarão com veículos e passageiros embarcados em Santos e no Guarujá, como medida de segurança.

Para quem precisa utilizar esse trajeto, será necessário se programar e para se locomover entre essas cidades, será necessário procurar uma alternativa de deslocamento terrestre. O navio atracou no Porto de Santos na última quarta-feira (16) e também houve a paralisação das atividades na travessia de balsas. Essa é uma grande embarcação, assim como a M/V CMA CGM Vela, que esteve em Santos no dia 24 de outubro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 17/11/2022

GERENTE DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE DA SANTOS BRASIL PARTICIPA DE PODCAST SOBRE ESG

Informações: Santos Brasil (17 de novembro de 2022)



Imagem: Spotify

NO AR o episódio nº4 da temporada especial Agenda ESG Grupo Tribuna do podcast Nem Negacionismo Nem Apocalipse! No episódio desta semana, Artur Vilella, Luccas Saqueto e eu conversamos com Beatrice Dupuy, Gerente de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Santos Brasil.

Através de sua experiência em grandes empresas europeias, Beatrice afirma que o ESG e a sustentabilidade não são uma tendência passageira. Para ela, um forte exemplo foi a conversa do então secretário-geral da ONU em 2004, Kofi Annan, com cerca de 50 CEOs de importantes empresas para tratar da integração de fatores sociais, ambientais e de governança nos mercados de capitais. outro exemplo foi a carta aberta de Larry Fink, CEO da BlackRock (maior gestora de ativos do mundo) no início de 2022. O documento marcou posição contra investimentos em empresas que não estivessem progredindo o suficiente nas divulgações relacionadas à sustentabilidade e nas práticas e planos de negócios subjacentes a elas, o que leva o meio corporativo a entender que a Era do capitalismo consciente veio para ficar.

À frente do departamento de sustentabilidade da Santos Brasil, Beatrice comenta que a empresa é signatária do Pacto Global da ONU desde 2013. Dentre as metas ESG, na frente ambiental a empresa prevê uma redução de 30% no consumo de água e 15% na emissão de gases de efeito estufa até 2024. Quanto à diversidade e inclusão, a Santos Brasil desenvolveu um programa de mais de 70 ações a serem realizadas até 2025 para que estas questões estejam cada vez mais inseridas no DNA da companhia.

Em outubro deste ano, o porto de Santos recebeu o seu maior porta-contêineres até hoje, o CMA CGM Vela, com 347,4 metros de comprimento. A operação, administrada pela Santos Brasil, é um exemplo da importância da diversidade em cargos de destaque da empresa. Toda a logística para receber a embarcação, que necessitou de um esquema especial com a interrupção do tráfego no cais do porto, foi comandada por uma liderança feminina. A empresa do futuro é aquela que será capaz de gerar lucro com propósito.

O engajamento dos investidores e o comportamento dos consumidores leva as empresas a se reinventarem e a regulação tem forçado cada vez mais os tópicos ESG nas agendas dos investidores. O ESG já mostrou uma geração de retorno acima do mercado nos últimos anos. O mercado global de ativos ESG atualmente corresponde a cerca de US\$ 35 trilhões, com projeção de até 2025 atingir US\$ 53 trilhões. Beatrice participou do primeiro evento do ciclo integrado de debates Agenda ESG Grupo Tribuna. A próxima edição será no dia 23 de novembro com o tema “ESG nos portos”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

STOLT TANKERS E STOLTHAVEN TERMINALS: UMA PARCERIA PIONEIRA PARA TRATAR ÁGUAS RESIDUAIS EM TERRA

Informações: Stolthaven (17 de novembro de 2022)



A Stolt Tankers e a Stolthaven Terminals uniram forças para serem pioneiras na remoção e tratamento sustentável de águas residuais de navios atracados em Houston – Imagem: Stolthaven

A Stolthaven Houston e New Orleans operam estações de tratamento biológico de águas residuais no local há mais de 20 anos, especializando-se no tratamento de águas residuais perigosas e não perigosas de navios, barcaças, vagões, caminhões e contêineres ISO.

Ambas as plantas operam 24 horas por dia, 7 dias por semana e são usadas por uma série de terceiros, desde grandes clientes industriais e outros terminais até uma pequena empresa local de café. O processo de tratamento usa bactérias e outros microorganismos para degradar naturalmente os contaminantes orgânicos nas águas residuais e produz água prontamente utilizável que pode ser liberada com segurança nos cursos de água*.



Imagem: Stolthaven

“É uma configuração única, que começou como uma forma de ser autossuficiente em termos de como tratamos as águas residuais e pluviais no local”, explica Henrik Olsson, Gerente Comercial Regional, EUA. “Agora, somos dois dos, senão os primeiros terminais a expandir esse serviço para as empresas de navegação.”

Daniel Strydom, gerente geral da Stolthaven Houston, acrescenta: “Em 2015, obtivemos aprovação para expandir e modernizar a fábrica. A primeira fase deste projeto foi concluída em 2018 e nos permitiu aumentar significativamente nossa capacidade de tratar resíduos de terceiros, então abordamos vários clientes, incluindo a Stolt Tankers, para comercializar a capacidade extra.”



Imagem: Stolthaven

O timing foi perfeito. A Stolt Tankers estava procurando maneiras de alcançar suas próprias ambições de sustentabilidade e cumprir seu compromisso com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da ONU, Vida Abaixo da Água – conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos. Um colega sugeriu descarregar a água de lavagem em terra.

“Essa ideia foi inicialmente considerada muito complicada, cara e, em última análise, impraticável”, explica Paul O’Brien, gerente de operações em águas profundas da Stolt Tankers Houston. “Mas somos apaixonados por esse assunto e começamos a pensar em como poderíamos fazer isso e sabíamos por onde começar: Stolthaven Houston tem uma instalação de tratamento de última geração e, melhor ainda, eles fazem parte da

mesma empresa .”

Uma parceria pioneira

Em junho de 2021, as duas divisões iniciaram um programa piloto para identificar e equilibrar os desafios, custos e benefícios do tratamento de água de lavagem de navios na fábrica de Houston.

Não é uma exigência legal para as empresas de navegação fazer isso, com exceção de cargas tóxicas, que devem ser descarregadas em instalações em terra. Assim, até este ponto, os navios da Stolt Tankers, como todos os outros, haviam atracado no terminal de Houston, esvaziado seus tanques e depois saído do porto, descendo o canal de Houston, para limpar seus tanques e descarregar a água de lavagem antes de retornar para recarregar .

Ao descarregar em terra, a Stolt Tankers também viu o potencial de economizar nas emissões de vapor e reduzir tanto o tempo gasto na viagem de volta quanto o risco de navegação ao negociar o movimentado canal de Houston.

A Stolthaven Terminals e a Stolt Tankers estão liderando o caminho em termos de uso de nossas instalações para descarregar e tratar água de lavagem em terra. Igualmente importante, integramos nossas equipes e operações para causar um impacto positivo no meio ambiente”. – Daniel Strydom, gerente geral, Stolthaven Houston

Por outro lado, havia a possibilidade muito real de incorrer em custos de demurrage e atrasos nas viagens subsequentes devido ao tempo extra gasto na doca para descarregar a água de lavagem.

“Essencialmente, estávamos adicionando uma doca ao tempo de cada navio no porto, o que é contra-intuitivo para qualquer pessoa no ramo de remessa ou logística”, diz Paul. “O truque era descobrir como poderíamos administrar isso sem adicionar tempo ou custos. Tivemos que pensar de forma diferente para encontrar a economia – ou pelo menos o ponto de equilíbrio – para que isso fosse viável do ponto de vista comercial.”

Daniel relembra: “A Stolt Innovation foi nossa primeira embarcação e ela descarregou aproximadamente 1.700m³ de água de lavagem. Os cálculos iniciais mostraram que poderíamos executar a descarga dentro da janela de operações da embarcação e que fazia sentido financeiramente. Desde então, recebemos várias embarcações e – por meio de muitos testes e análises de dados com a Stolt Tankers – podemos ver os benefícios para ambos os negócios de uma perspectiva financeira, operacional e ambiental.”

As melhores intenções apoiadas pela ciência

Nos últimos dezoito meses, a equipe da Stolt Tankers, liderada pela Houston Port Operations, e a Stolthaven Houston testaram diferentes cenários e desenvolveram uma calculadora para comparar os custos de cada um. Com a ajuda do Centro Global de Serviços Compartilhados da Stolt-Nielsen



em Manila, eles também criaram um aplicativo para rastrear o uso da instalação de tratamento e um painel sob medida para analisar os resultados.

“Ambos os negócios estão altamente comprometidos com este projeto”, diz Paul. “Tudo foi um trabalho adicional em algo que não é obrigatório, mas feito para fazer algo bom. A boa notícia é que conseguimos fazer isso sem nenhum custo adicional e as pessoas investiram alegremente seu tempo porque isso beneficia o ambiente marinho.”

Ao longo de um ano de testes, de junho de 2021 a junho de 2022, o projeto de Houston reduziu a quantidade de água de lavagem para o mar em mais de 8.000 m³ enquanto reduz o CO₂ emissões em 600 toneladas métricas e evitando a queima de mais de 200 toneladas métricas de combustível.

Juntamente com a Stolthaven Terminals, reunimos nossa experiência e pensamento inovador para alcançar algo novo na indústria e positivo para o meio ambiente. Provamos que este é um método de oportunidade para embarques e terminais.” – Paul O’Brien, gerente de operações em águas profundas, Stolt Tankers Houston

Um fator importante na obtenção dos benefícios logísticos e de custo do projeto é o Stolthaven Houston’s Dock 11, que foi comissionado em 2017, mas que atualmente não possui tanques ao lado dele.

“Eventualmente, é claro, nosso plano é expandir nossas instalações de armazenamento para este espaço, mas, por enquanto, o cais não está em uso regular”, explica Henrik. “Quando iniciamos este projeto com a Stolt Tankers, sabíamos que poderia ser o espaço de espera ideal para os navios descarregar águas residuais.”

Paul concorda: “A doca 11 de Houston é uma vantagem porque há demandas de tempo e desafios em relação ao uso de outros ancoradouros, mas os benefícios mais amplos de descarregar em terra para um acostamento não dependem de nenhum terminal ter uma doca sobressalente”.

A Stolt Tankers está agora procurando expandir seu programa de descarga em terra para outros portos que possuem instalações de águas residuais ou de recuperação de água. “No momento, estamos oferecendo treinamento para nossas equipes portuárias em todo o mundo e conversando com operadores de outras regiões”, diz Paul. “Estamos procurando estender o projeto para Stolthaven New Orleans a seguir e, sempre que possível, procuraremos usar as instalações da Stolthaven Terminals.

“Do ponto de vista da Stolt Tankers, este foi um dos melhores projetos de negócios cruzados em que trabalhamos. Juntamente com a Stolthaven Terminals, reunimos nossa experiência e pensamento inovador para alcançar algo novo na indústria e positivo para o meio ambiente. Provamos que este é um método de oportunidade para embarques e terminais.”

Daniel acrescenta: “Esta tem sido e continuará a ser uma parceria de sucesso. A Stolthaven Terminals e a Stolt Tankers estão liderando o caminho em termos de uso de nossas instalações para descarregar e tratar água de lavagem em terra. Igualmente importante, integramos nossas equipes e operações para causar um impacto positivo no meio ambiente”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

BUNGE E EMPRESA DA UPL ANUNCIAM ACORDO PARA COMPRAR 40% DA SEEDCORP/HO

Informações: Notícias agrícolas (17 de novembro de 2022)

(Reuters) – A Bunge e a UPL, por meio da sua empresa Advanta Seeds UK, assinaram um acordo para a aquisição de 40% (20% para cada) na SEEDCORP|HO, segundo nota divulgada nesta quarta-feira.



A SEEDCORP/HO é uma empresa de genética de soja com atuação no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. A transação, cujo valor estimado não foi divulgado, terá que ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Segundo as companhias, o investimento faz parte do propósito OpenAg do Grupo UPL, de colaboração para a oferta de um pacote completo de soluções para agricultores, apoiando-os em todas as etapas do processo agrícola, desde a semeadura até a pós-colheita.

Com o negócio, a Bunge pretende ampliar seu portfólio de barter (operações nas quais os produtores podem comprar insumos com pagamento futuro em grãos) e, assim, fortalecer sua posição de originação de grãos no Brasil.

“Com essa transação, estreitaremos ainda mais o relacionamento com nossos parceiros, já durante o planejamento da safra. Poderemos sugerir a adoção de variedades que melhor atendam às demandas, inclusive em relação à sustentabilidade, com foco na redução da pegada de carbono de todo o processo de cultivo”, disse, em nota, o vice-presidente de Agronegócios da Bunge, Rossano de Angelis Jr.

As empresas também dizem que o acordo ampliará o portfólio de produtos e serviços a serem oferecidos pela Origeo, joint venture recém-anunciada entre a Bunge e a UPL.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

GRUPO É FORMADO PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE IMBITUBA

Informações: Porto de Imbituba (17 de novembro de 2022)

Um grupo de trabalho composto por diferentes atores do processo de transporte marítimo foi formado a partir de reunião promovida pela Associação Empresarial de Criciúma (Acic) nesta segunda-feira, 14, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento do Porto de Imbituba e, por consequência, do Sul do Estado.

Farão parte do grupo associações empresariais da região, lideradas pela Acic, representantes do porto, da Ferrovia Tereza Cristina, de diferentes segmentos econômicos, de tradings, do Terminal Intermodal Sul (TIS), do Programa de Qualificação para Exportação (Peiex) – Núcleo Operacional de Criciúma e do armador que opera em Imbituba.

“Faremos um trabalho conjunto, porque o objetivo é o mesmo, incrementar os negócios com viabilidade. Esse grupo de trabalho terá a participação ativa da Acic. Faremos uma discussão transparente, no sentido de buscar alternativas para as dificuldades apresentadas”, ressalta o presidente da Associação Empresarial de Criciúma, Valcir José Zanette.

Zanette considera de suma importância a reunião realizada nesta tarde, que contou com a presença de aproximadamente 50 pessoas. “Essa representatividade nos entusiasma. A principal função da Acic é motivar para que ações aconteçam e, com esse envolvimento, vamos fazer acontecer”, entende.

O encontro teve a participação do diretor presidente do Porto de Imbituba, Fábio dos Santos Rieira. O gestor apresentou números relacionados ao porto, como o recorde de movimentação registrado no ano passado, quando foram movimentadas quase 6,9 milhões de toneladas de cargas, e a perspectiva de superar essa marca neste ano, movimentando 7,1 milhões de toneladas.

“Há investimentos previstos em infraestrutura e nos acessos ao porto, além da implantação da ZPE (Zona de Processamento de Exportação), o que deve impulsionar a movimentação no Porto de Imbituba também nos próximos anos”, estima.

Dentre as demandas locais apresentadas por representantes de diferentes segmentos, especialmente o de arroz e o cerâmico, estiveram os desafios de escoamento por Imbituba, relativos à quantidade e disponibilidade de contêineres e linhas de longo curso.

Junto ao desenvolvimento do porto, também foi discutida a diversificação de cargas transportadas pela Ferrovia Tereza Cristina. “A Ferrovia faz parte da cadeia de suprimento do carvão mineral, mas está se posicionando para desenvolver outros negócios. Dependemos de escalas para operar e ter os resultados esperados”, salienta Benony Schmitz Filho, diretor presidente da FTC.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA SOFRERÃO PRESSÃO MAIOR NO 4º TRI, DIZ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Informações: Money Times (17 de novembro de 2022)

As importações e exportações da China enfrentarão maior pressão no quarto trimestre, devido à demanda externa insuficiente, disse o porta-voz do Ministério do Comércio, Shu Jueting, em entrevista coletiva nesta quinta-feira.

A segunda maior economia do mundo teve uma contração inesperada nas exportações e importações em outubro, a primeira queda simultânea desde maio de 2020, quando uma tempestade perfeita de restrições contra a Covid-19 e riscos de recessão global prejudicaram a demanda e obscureceram ainda mais as perspectivas para a economia que já passa por dificuldades.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA SOFRERÃO PRESSÃO MAIOR NO 4º TRI, DIZ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Informações: Money Times (17 de novembro de 2022)



A segunda maior economia do mundo teve uma contração inesperada nas exportações e importações em outubro (Imagem: REUTERS/Aly Song)

As importações e exportações da China enfrentarão maior pressão no quarto trimestre, devido à demanda externa insuficiente, disse o porta-voz do Ministério do Comércio, Shu Jueting, em entrevista coletiva nesta quinta-

feira.

A segunda maior economia do mundo teve uma contração inesperada nas exportações e importações em outubro, a primeira queda simultânea desde maio de 2020, quando uma tempestade perfeita de restrições contra a Covid-19 e riscos de recessão global prejudicaram a demanda e obscureceram ainda mais as perspectivas para a economia que já passa por dificuldades.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022

MAERSK E CARBON SINK ASSINAM ACORDO DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS ECOLÓGICOS

Informações: Port Technology (17 de novembro de 2022)



AP Moller – Maersk (Maersk) entrou em uma parceria de metanol verde com o desenvolvedor de projetos norte-americano Carbon Sink LLC. Imagem: Port Technology

Este é o oitavo acordo da Maersk em uma tentativa de acelerar a produção global de metanol verde.

As partes assinaram uma Carta de Intenções cobrindo o desenvolvimento pela Carbon Sink

de instalações de produção de metanol verde nos EUA.

A primeira instalação será co-localizada com a planta de bioetanol existente da Red River Energy em Rosholt, Dakota do Sul, e terá uma capacidade de produção de aproximadamente 100.000 toneladas por ano.

O início comercial está previsto para 2027 e a Maersk pretende comprar todo o volume produzido na planta, com opções para a saída das instalações subsequentes do Carbon Sink em outros locais.

“Garantir combustíveis verdes em escala nesta década é fundamental em nossos esforços de descarbonização da frota”, disse Berit Hinnemann, chefe de abastecimento de combustíveis verdes da Maersk.

“Definimos uma meta de zero líquido para 2040 para todo o nosso negócio – mas, para permanecermos alinhados com o Acordo de Paris, também estabelecemos metas para 2030 para garantir um progresso significativo nesta década.”

A Carbon Sink usa uma tecnologia disponível comercialmente para produzir metanol verde combinando hidrogênio verde da eletrólise da água usando eletricidade renovável adicional e CO2 biogênico.

O CO2 do primeiro projeto será o CO2 residual capturado da usina de bioetanol Red River Energy, reciclando essas emissões em metanol verde.

“Estamos muito satisfeitos por trabalhar com a Maersk em apoio à sua missão de descarbonizar o setor de transporte marítimo”, disse Steve Meyer, CEO da Carbon Sink.

“A Carbon Sink traz uma vasta riqueza de conhecimento, experiência e parcerias para ajudá-los a atingir suas ambiciosas metas corporativas.

“Nossa estratégia de desenvolvimento de vários projetos cria um caminho para o fornecimento de volumes significativos de metanol verde para ajudar a atender a demanda da crescente frota de navios bicombustíveis da Maersk.”

A Carbon Sink se junta a outros sete parceiros estratégicos que trabalham para garantir o combustível verde necessário para os 19 navios porta-contêineres que a Maersk tem atualmente em ordem, capazes de operar com metanol verde.

A Maersk Performance Team instalou recentemente duas novas estações de carregamento de veículos elétricos (EV) no Condado de Los Angeles.

As estações atenderão a frota atual de 24 caminhões EV e 36 no total até o final do ano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/11/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

ALCKMIN: TETO SAIRÁ DA CONSTITUIÇÃO E O NOVO GOVERNO RETOMARÁ REFORMA TRIBUTÁRIA

O vice-presidente eleito, em sua primeira entrevista exclusiva, disse que “não há hipótese de haver irresponsabilidade fiscal no novo governo”

Por Míriam Leitão

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, afirmou em entrevista exclusiva que uma das ideias do governo eleito será a de tirar o teto de gastos da Constituição, e refazê-lo em legislação ordinária. Mas ele garantiu que “não há hipótese de haver irresponsabilidade fiscal”. Segundo ele haverá cortes de gastos. Uma das formas será a revisão de todos os contratos do governo e uma análise detalhada de todos os gastos.

- A eficiência do gasto é uma obra interminável. Vamos fazer a revisão de todos os gastos federais.

Ele adiantou que o governo vai focar também na reforma tributária usando os projetos que já estão tramitando no Congresso, tanto a PEC 45 que tramitou na Câmara, quanto a 110 que passou pelo Senado. Ela reduz o número de impostos que incidem sobre o consumo.

- Vamos também retomar a reforma tributária, ela ajudará o Brasil a crescer. Tem efeito na produtividade, simplifica, reduz custos, evita a guerra fiscal.

A ideia da retirada do teto da Constituição, que eu já havia antecipado na coluna, é a de tornar mais eficiente o teto que hoje já foi tantas vezes alterado que perdeu seu significado. O vice-presidente explicou que não faz sentido esse tipo de medida, como a do teto de gastos, ficar na Constituição.

-Mas agora há uma emergência. O orçamento precisa ser corrigido. E depois será feito um novo arcabouço fiscal que deixe claro uma trajetória para a dívida pública, e uma regra para despesas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/11/2022

LULA CANCELA ENTREVISTA COLETIVA APÓS ATRASO DE 1H E VAI EMBORA DA COP27 SEM FALAR COM JORNALISTAS

Críticas do presidente eleito ao teto de gastos repercutiram mal no mercado; assessoria alegou atraso em reuniões bilaterais, que incluíram o secretário-geral da ONU

Por O Globo



Jornalistas do Brasil e do mundo esperaram uma hora por entrevista que não ocorreu Daniela Chiaretti/Valor

Uma hora após o horário previsto para o início, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva cancelou uma esperada entrevista coletiva para encerrar sua passagem de dois dias pela COP27, a conferência climática da ONU. A mudança de planos veio horas após o presidente fazer mais

uma crítica ao teto de gastos, que foi mal recebida pelo mercado.

Segundo a assessoria do presidente eleito, o cancelamento ocorreu depois que os outros compromissos do presidente eleito atrasaram. Além de um encontro com lideranças indígenas no início da tarde, Lula se reuniu com o secretário-geral da ONU, António Guterres, o ministro do Clima norueguês, Espen Barth Eide, e Annalena Baerbock, ministra das Relações Exteriores da Alemanha.

Jornalistas brasileiros e estrangeiros fizeram fila do lado de fora da sala de conferência. Quando o cancelamento foi confirmado, vários deles estavam sentados no chão. Agora, Lula segue para Portugal, onde terá reuniões com autoridades locais já na sexta.

‘O tempo do Brasil exilado acabou’: primeira fala de Lula na COP27 é bem recebida por aliados e pela sociedade civil

Em um evento na manhã desta quinta com a sociedade civil, o presidente eleito disse que "não adianta só ficar pensando em dado fiscal", mas "em responsabilidade social". O modelo atual, afirmou, "tenta desmontar tudo o que é da área social".

— Você tenta desmontar tudo aquilo que faz parte do social e não tira um centavo do sistema financeiro — disse ele. — Se eu falar isso, vai cair a Bolsa, o dólar vai aumentar? Paciência. O dólar não aumenta e a bolsa não cai por conta das pessoas sérias, mas por conta dos especuladores que vivem especulando todo santo dia.

O mercado não recebeu bem a fala do petista: às 15h, a Bovespa caía 2,18% e o dólar passava de R\$ 5,43.

Na quarta, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin entregou ao Congresso a minuta da PEC de Transição, que prevê quase R\$ 200 bilhões em despesas fora do teto de gastos para 2023. A PEC da Transição foi o caminho encontrado pelo governo eleito para viabilizar a manutenção em R\$ 600 do valor de transferência de renda paga às famílias mais pobres, hoje dentro do programa Auxílio Brasil, mas que voltará a se chamar Bolsa Família.

Como o Orçamento de 2023 só previa o pagamento de R\$ 400, é preciso mudar as regras antes mesmo da posse de Lula para garantir recursos para um pagamento de R\$ 600. O plano prevê que todos os recursos necessários para o novo Bolsa Família fiquem fora do limite do teto de gastos, num total de R\$ 175 bilhões. Além disso, libera despesas de até R\$ 22,9 bilhões fora do teto.

Assim, a PEC da Transição dará uma licença para Lula aumentar os gastos públicos em um total de R\$ 197,9 bilhões no primeiro ano de seu novo governo, caso seja aprovada nestes termos pela Câmara e pelo Senado.

Nesta quinta, a equipe do presidente eleito e seus aliados no Congresso afirmaram que pretendem aprovar a PEC da Transição em votação expressa do Senado ainda em novembro. O objetivo é que assim consigam mandar com maior rapidez o projeto para a Câmara, onde enfrenta maior resistência.

Sem a coletiva, a última fala de Lula durante a COP foi em um evento com povos indígenas e originários de todo o mundo. O presidente disse que o mundo não trata pobres e indígenas como humanos, classificando o encontro como um dos “mais importantes de sua vida”. Ele não conversou diretamente com a imprensa durante sua passagem pela cúpula.

Na quarta, o presidente eleito deu um pronunciamento na conferência em que reposicionou o Brasil no multilateralismo e na diplomacia ambiental. Na fala elogiada por aliados e representantes da sociedade civil, ele prometeu deixar a “devastação no passado” e ajudar a criar uma “nova ordem mundial pacífica”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/11/2022

DISNEY ANUNCIA COMPRA DO 'GLOBAL DREAM', UM DOS MAIORES CRUZEIROS DO MUNDO, AINDA INACABADO

Navio tem 20 decks, 342 metros de comprimento; embarcação ficou abandonada após empresa responsável falir após a pandemia e corria risco de virar sucata

Por AFP



Navio Global Dream II pode virar sucata antes da primeira viagem Reprodução/YouTube Dream Cruises

A divisão de cruzeiros do grupo americano Disney anunciou a aquisição do "Global Dream", um dos maiores cruzeiros do mundo, hoje inacabado, e que há meses espera um novo proprietário em um hangar na Alemanha.

Genting HK, um grupo asiático de viagens e lazer, originalmente encomendou o navio de sua subsidiária alemã MV Werften. Mas ambas as

empresas faliram, vítimas da pandemia de covid-19 que paralisou os navios de cruzeiro.

O destino do navio de luxo, que ainda tem um terço para ser completado, era incerto, e ele corria o risco de virar sucata, caso não fosse vendido.

"Sua construção será concluída no antigo estaleiro MV Werften em Wismar, sob a supervisão de Meyer Werft", estaleiro com sede em Papenburg, na Baixa Saxônia, que já construiu três outros navios de cruzeiro para o grupo, disse a Disney Cruise Line em um comunicado emitido na noite de quarta-feira.

O preço de compra não foi divulgado.

Em junho, a administração da MV Werften indicou que o navio, com um custo total estimado de 1,5 bilhão de euros (valor semelhante em dólares), ainda precisava de 600 milhões para ser concluído.

O "Global Dream" será renomeado, seu exterior redecorado em "cores inspiradas no Mickey Mouse" e será enviado aos Estados Unidos. Com capacidade para cerca de 6.000 passageiros e 2.300 tripulantes, espera-se que navegue pelos mares a partir de 2025.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/11/2022

DE OLHO NO ESG, HAPVIDA NOTREDAME ENCOMENDA USINAS SOLARES À EDP

Por Rennan Setti



Usina de energia solar Pixabay

A Hapvida NotreDame Intermédica, que surgiu da recente fusão entre os dois grupos hospitalares, contratou usinas solares junto à EDP com capacidade de até 30,50 MWp (megawatt pico) de produção. O acordo é de 15 anos e deve suprir 85% da demanda da companhia nos

próximos anos.



A usina solar entra em operação em 2024. Até lá, o acordo também prevê que a Hapvida NotreDame Intermédica contratará energia para 64 unidades no chamado mercado livre.

A EDP também está construindo cinco usinas solares de geração distribuída que irão abastecer 55% das unidades da Hapvida NotreDame Intermédica que operam na baixa tensão.

Em junho do ano passado, antes da fusão, a NotreDame Intermédica já tinha contratado junto à EDP a implantação de quatro usinas solares com cerca de 4,4 MWp de potência instalada. O acordo tinha prazo de dez anos, ao custo de R\$ 20 milhões para a construção.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/11/2022

PEC DA TRANSIÇÃO: DESPESA 'EXTRA' QUE ELEVA GASTO PARA QUASE R\$ 200 BILHÕES PODE DOBRAR INVESTIMENTOS EM 2023; ENTENDA

Proposta permite gastar até R\$ 22,9 bilhões fora do teto em despesas como obras

Por Manoel Ventura — Brasília

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, apresentada na quarta-feira pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) ao Congresso Nacional, trouxe uma novidade: a autorização para um gasto de R\$ 22,9 bilhões com investimentos. Essa despesa ficará fora do teto de gastos, a regra que trava o Orçamento Federal, e se somará aos R\$ 175 bilhões necessários para o Bolsa Família em 2023. Dessa forma, a PEC terá um valor de quase R\$ 200 bilhões fora da regra fiscal.

O objetivo do novo valor fora do teto é ampliar investimentos públicos, como defende o PT. O partido quer colocar dinheiro em programas como o Minha Casa, Minha Vida, além de obras de rodovias, por exemplo.

Internamente, o partido já havia decidido por um gasto de cerca de R\$ 23 bilhões exclusivamente para investimentos porque julga necessário ampliar esse tipo de despesa. Para efeito de comparação, a proposta orçamentária de 2023, enviada ao Congresso pelo governo Jair Bolsonaro, prevê R\$ 22 bilhões para esse fim. Ou seja, a ideia é pelo menos dobrar o investimento federal.

Durante a apresentação da PEC, Alckmin citou o baixo orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que cuida das rodovias federais. São R\$ 5,6 bilhões, valor que para a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) não é suficiente sequer para manter o atual estado das rodovias federais, já considerado precário. De acordo com dados da entidade, 66% das rodovias do país eram classificadas como ruins ou péssima em 2022, contra 61,8% no ano anterior.

Com o valor de quase R\$ 23 bilhões em mente, o partido preparou uma regra para colocar na PEC. Estabeleceu que as despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária — 2023 tem como base 2022.

O excesso de arrecadação é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada. A PEC colocou, porém, um limite para isso ao longo do tempo: não pode ser superior a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021, quando a equipe de transição calcula que houve um excesso de R\$ 352 bilhões.

Ao tirar todo o Bolsa Família do teto, sobrarão R\$ 105,7 bilhões para serem usados livremente no Orçamento de 2023. Esse valor existe porque é o que está previsto na proposta orçamentária de 2023, embora seja insuficiente para o programa no próximo ano.

PEC da Transição: Equipe de Lula avalia prazo de quatro anos para Bolsa Família fora do teto após pressão do Congresso

O PT quer usar esses recursos com saúde, educação e o reajuste do salário mínimo e mesmo com investimentos. Apenas para saúde, por exemplo, a expectativa é que sejam destinados R\$ 22 bilhões. Dessa forma, os gastos livres liberados pela PEC vão a R\$ 128,6 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 17/11/2022

RECEITA COM PETRÓLEO DEVE BATER RECORDE DE R\$ 368 BI NO GOVERNO BOLSONARO, APONTA ESTUDO

Disparada do barril, dólar alto e a expansão da produção nacional explicam desempenho nos últimos quatro anos, mas desempenho não deve se repetir no futuro governo Lula

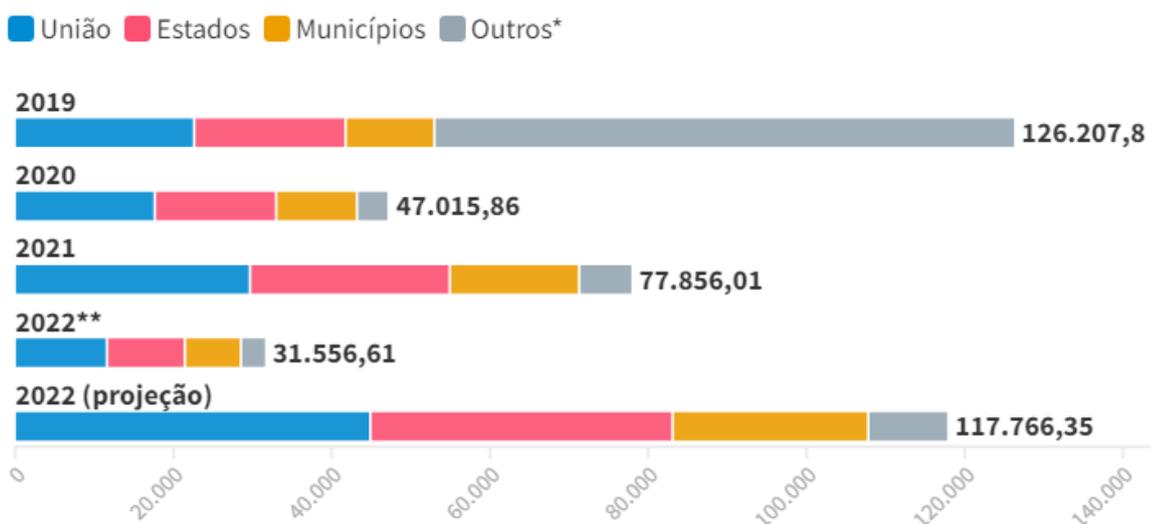
Por Carolina Nalin — Rio

A combinação entre a disparada do preço do barril de petróleo no mercado internacional, dólar alto e a expansão da produção nacional levaram União, estados e municípios a uma arrecadação recorde com os leilões de áreas de exploração, royalties e participações especiais com petróleo e gás no país em quatro anos, aponta um levantamento inédito do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

De 2019 até abril deste ano, sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), estima-se que o "bilhete premiado" -- como o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chamou o pré-sal brasileiro após sua descoberta em 2007-- tenha rendido aproximadamente R\$ 282,63 bilhões aos cofres públicos. Considerando o total a ser recebido até o fim deste ano, o valor pode chegar a R\$ 368 bilhões em quatro anos. A bonança, no entanto, não deve se repetir na mesma proporção nos próximos anos, dizem especialistas.

Arrecadação das participações governamentais entre 2019 e 2022

Em milhões de reais



Fonte: Elaboração Centro Brasileiro de Infraestrutura, com base nos dados da produção de Petróleo EPE - PDE 2031; taxa de câmbio com ajuste de inflação pelo Boletim Focus do Banco Central (21/10/2022); preço do Petróleo (Brent) estimativa CBIE

*Depósitos judiciais, fundo especial, taxa de ocupação ou retenção da área e bônus de assinatura **Dados de janeiro a abril de 2022



Segundo segundo projeção do CBIE, os governos federal, estaduais e municipais deverão receber até R\$ 117,8 bilhões em participações governamentais na indústria do petróleo só em 2022. Deste total, R\$ 44,9 bilhões deverão ser destinados à União, R\$ 38,2 bilhões aos governos estaduais e R\$ 24,7 bilhões às prefeituras. Até abril deste ano já foram recebidos R\$ 31,56 bilhões.

Os dados fazem parte do novo estudo do CBIE, que lança nesta semana um relatório sobre o quanto União, estados e municípios arrecadaram com o petróleo desde 1999, considerando não só royalties e participações especiais, como também as receitas obtida nos leilões de concessão e partilha para exploração de poços petrolíferos. A consultoria pretende divulgar trimestralmente relatórios de acompanhamento da evolução dessa arrecadação no país.

O estudo torna possível elaborar um ranking com os estados e municípios que mais arrecadam receita com royalties de petróleo, além de realizar análises como a arrecadação por habitante, por exemplo. Será um instrumento útil na avaliação sobre a aplicação dos recursos.

As participações governamentais na indústria do petróleo incluem o pagamento de royalties, participações especiais, bônus de assinatura e pagamento pela ocupação ou retenção de área. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), são pagas pelas empresas concessionárias que possuem o direito de exploração e produção de petróleo e gás natural no território brasileiro.

'Era de ouro'

Os últimos quatro anos formam um período considerado a "era de ouro" pelos especialistas, uma vez que houve aumento da receita não apenas via royalties e participações especiais, mas também por meio do pagamento pela ocupação ou retenção de área e pelo bônus de assinatura.

Em 2019, somente o bônus de assinatura do Campo de Búzios obtido no leilão da cessão onerosa, realizado em outubro daquele ano, rendeu R\$ 69,96 bilhões.

— Além do leilão em 2019, o preço do petróleo naquele ano estava entre US\$ 60 e US\$ 70, patamar já considerado elevado para a média histórica. Mas a arrancada mesmo foi em 2021. A recuperação da economia global e a guerra na Ucrânia fizeram o preço do petróleo superar a marca de US\$ 100 o barril — explica Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio.

Bonança não deve se repetir no governo Lula

Mas a festa pode ter data para terminar. Tamanha bonança concedida aos caixas dos governos não deve se repetir sob a gestão de Lula a partir de 2023, segundo analistas. A ANP prevê uma queda de 7,62% na receita total de royalties e participações especiais em 2023. E, a partir de 2024, a expansão deve ser retomada em ritmo bem mais moderado.

— Vamos ter uma produção cada vez maior de petróleo no Brasil em razão dos leilões, o que favorece o aumento da arrecadação. Mas vai depender do cenário internacional e do preço do barril de petróleo para sabermos se a arrecadação vai ser recorde como vimos esse ano ou se essa produção não vai ser compensada em razão do preço do barril — lembra Pedro Rodrigues, diretor e sócio da consultoria CBIE.

Almeida, da PUC-Rio, concorda:

— É difícil prever quando se tem todas essas variáveis de produção, câmbio e preço do petróleo na mesa. E você não tem todo ano um campo de Búzios para vender. Fato é que o governo não pode planejar um aumento da arrecadação (no setor de petróleo e gás), isso seria temerário. Não se sabe o que vai acontecer com o preço do petróleo porque depende da economia mundial e das questões geopolíticas.

Impacto na arrecadação a partir de 2023



Para os estados, o cenário que se desenha à frente em termos de receita oriunda do petróleo é ainda mais desafiador. Governadores já enfrentam forte restrição orçamentária com a fixação de um teto de 18% para o ICMS aplicado a serviços considerados essenciais como combustíveis, telecomunicações, energia e transportes por meio de lei aprovada no Congresso em 2020.

— De certa forma, pode haver uma compensação, já que estamos vendo a receita de royalties e participações governamentais aumentar por conta do preço do barril do petróleo. Por outro lado, as leis complementares aprovadas são um desafio que os governadores eleitos vão ter que enfrentar do ponto de vista fiscal — completa Rodrigues, do CBIE.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/11/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PEC DA TRANSIÇÃO DEVE SER ENXUGADA NO CONGRESSO E GASTOS EXTRAS PODEM CAIR DE LARGADA PARA R\$ 160 BI

Segundo fontes, a retirada do programa Bolsa Família de forma permanente também pode cair na tramitação da PEC

Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA - Os negociadores da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição já receberam indicação de lideranças de outros partidos do Congresso que o limite de alta de gastos de R\$ 200 bilhões deve cair nas negociações que começam a partir de agora. De largada, o valor deve ser reduzido para R\$ 160 bilhões.

A flexibilização da regra para abrir espaço de R\$ 23 bilhões no Orçamento de 2023 para investimentos deve ser o primeiro dispositivo do texto a cair, segundo apurou o Estadão. Pela PEC apresentada ontem, esse espaço seria aberto com base em receitas extraordinárias (não previstas) para compensar o aumento de despesas fora do teto.

A retirada do programa Bolsa Família de forma permanente também pode cair na tramitação da PEC, admitem fontes.

Os negociadores da equipe de transição de Lula têm procurado mostrar que o valor de R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família poderá ficar menor, em torno de R\$ 160 bilhões, na lei orçamentária a ser aprovada em dezembro. Pela PEC, os gastos do programa social ficam fora do teto. Eventuais sobras no orçamento não poderão ser remanejadas para outras despesas.

O ponto que tem sido reforçado pelos negociadores é que a implantação do benefício de R\$ 150 para crianças de até seis anos (que custaria R\$ 18 bilhões no total) deve demorar para ser implantado, inclusive porque o novo governo terá que fazer um tratamento no cadastro único que está distorcido com famílias que se dividiram artificialmente para receber o Auxílio Brasil de R\$ 600. O programa foi construído com base em benefício por família e não por pessoa.

A PEC abre R\$ 105 bilhões de espaço para outras despesas no Orçamento de 2023. Essa é a dotação para o Auxílio Brasil prevista no projeto de orçamento, enviado pelo governo Bolsonaro. Com PEC, esses recursos ficarão fora do teto, sobrando espaço para aumentar despesas de outras áreas. Mas em 2024 espera-se um ajuste na base do IPCA que será menor. É o IPCA que corrige o teto de gastos. Uma perda calculada hoje em R\$ 24 bilhões de espaço do teto em 2024, o que tem levado os negociadores a apontar que o custo da PEC ao longo dos quatro anos será menor do que o projetado agora pelo mercado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/11/2022

A PEC DA TRANSIÇÃO E SEUS RISCOS

Aprovar a proposta sem prover antecipadamente recursos para isso tem tudo para amontoar distorções na economia brasileira

Por Celso Ming

A PEC da Transição está sendo decidida no escuro, na base do “tem de ser porque tem de ser, o resto a gente vê depois”.

Trata-se de pedido de permissão para abrir mais um furo no teto de gastos, desta vez de quase R\$ 200 bilhões, que não se limitará a 2023, mas a cada ano, até 2026. Mas não há ideia de como será equacionada a responsabilidade fiscal.

Em princípio, nada de errado em garantir o Bolsa Família, que parece ser o início da perenização da proposta de Renda Mínima, o mantra do hoje vereador Eduardo Suplicy. Mas adotar esse procedimento sem prover antecipadamente recursos para isso tem tudo para amontoar distorções. Uma delas consiste em deixar contratadas novas emissões de moeda ou disparadas da dívida pública – e do dólar. Se for por aí, ainda em 2023 o Banco Central será obrigado a empurrar os juros para cima, numa conjuntura global de recessão e, portanto, de puxada nos freios do crescimento também por aqui. Recessão ou avanço mais baixo do Produto Interno Bruto (PIB) implica redução da arrecadação e, portanto, buraco aberto para mais déficit.

A estas alturas, não se sabe ainda quais pedaços do corpo ficarão de fora do cobertor. Por enquanto, sabe-se que o Bolsa Família, a merenda escolar, o financiamento das creches e a Farmácia Popular não têm cobertura orçamentária.

Ainda há a necessidade de reajustar a tabela progressiva do Imposto de Renda; os Estados, por exemplo, vêm perdendo quase R\$ 30 bilhões com o subsídio aos combustíveis fósseis e clamam pela derrubada desses subsídios – algo que faz sentido à luz da necessidade de apressar a transição energética para os combustíveis renováveis. Sabe-se lá o que mais ainda aparecerá em ânsia de verbas. Enfim, o jeito é o de que o céu é o limite dos gastos. De PEC em PEC, de furo em furo, não tem mais o que furar, como cantaria Adoniran Barbosa.

Embora o presidente Lula tenha dito e repetido que o teto de gastos não funciona e tem de ser revogado, ele continua lá, desmoralizado, mas lá, à espera de outra âncora para que não sobrevenha a dominância fiscal, que é o nome técnico dado para descontrole geral.

Parece inevitável a aprovação dessa nova PEC. Ao longo dos trâmites poderá ser reduzido o valor total, que já não é de R\$ 150 bilhões nem de R\$ 175 bilhões, mas de R\$ 198 bilhões, número quebrado que parece disponível para uma tesourada. Os congressistas poderão também encurtar a validade da autorização dos gastos extras para apenas um ano, em vez de quatro, como vem sugerindo o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Outro foco da escuridão mencionada na abertura deste texto é a falta de uma reforma tributária. O problema é que todas as pressões juntas para dar conta das despesas poderão conjurar por uma reforma tributária que não se limitará à racionalização do sistema, mas que aumentará substancialmente a carga tributária.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/11/2022

ENTENDA POR QUE O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS TEM SUBIDO NOS POSTOS, MESMO SEM REAJUSTE DA PETROBRAS

Aumento no valor do etanol anidro e variação internacional do petróleo são citados por especialistas como explicação



Por Luis Filipe Santos, Denise Luna e Gabriel Vasconcelos

Aumento no valor do etanol anidro e variação internacional do petróleo são citados por especialistas como explicação

O último reajuste da Petrobras nos preços dos combustíveis vendidos às distribuidoras ocorreu há mais de um mês. Para a gasolina, a última mudança foi em 2 de setembro, quando caiu 7%; para o óleo diesel, em 20 de setembro, com uma queda de 5,85%. Desde então, o preço do petróleo subiu no mercado internacional, mas a estatal não repassou esse aumento. Ainda assim, o levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicou aumentos constantes na média dos valores cobrados aos consumidores nos postos nesse período.

A situação pode ser explicada por dois fatores: o aumento no preço do etanol anidro, que compõe 27% da gasolina vendida nos postos no Brasil e o próprio aumento no valor internacional do petróleo. Embora a Petrobras tenha permitido que uma certa defasagem entre os preços praticados no Brasil e no exterior se formasse - cerca de 2% para a gasolina e 4% para o diesel, de acordo com cálculo mais recente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) -, ainda há reflexos.

Esses reflexos surgem porque a Petrobras não é a única empresa fornecedora. Há a refinaria privada de Mataripe, na Bahia, que normalmente tem preços um pouco acima da Petrobras e reajusta semanalmente os valores que pratica. Embora as subidas afetem mais os mercados baiano e sergipano, ainda ajudam na subida da média nacional. Além disso, há os próprios importadores - o Brasil importa cerca de 6% da gasolina que utiliza e 25% do diesel - que são obrigados a seguir as cotações das bolsas de valores internacionais.

Em relação ao etanol, o preço subiu 16,1% desde setembro. A alta do biocombustível tem sido causada pela valorização do açúcar, que concorre com a produção de etanol, e pelo atraso da safra deste ano.

De acordo com dados da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), o litro do etanol anidro passou de R\$ 2,83 em 11 de setembro para R\$ 3,29 em 11 de novembro. Nos postos, o etanol hidratado também tem sentido a pressão, passando de R\$ 3,37 em setembro para R\$ 3,79 na semana passada, alta de 12,5%, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Demanda alta

“A gasolina que a gente usa é a C, e não a A, cujo preço é controlado pela Petrobras nas refinarias e que leva 27% de álcool anidro para ser vendida aos postos. Houve uma valorização dos produtos da cana-de-açúcar, e essa valorização está chegando no álcool anidro, o que por sua vez aumenta o preço da gasolina”, explica o coordenador adjunto do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz, que considera a alta uma questão sazonal.

Segundo ele, o aumento registrado pela gasolina tem sido “discreto”, se comparado à queda que o combustível teve nos últimos meses por conta da redução de impostos. O preço médio da gasolina ultrapassou os R\$ 5 por litro na semana passada, segundo a ANP, patamar que não era registrado desde a segunda semana de setembro deste ano. Em relação aos preços anteriores à alta do etanol, o preço da gasolina subiu 4,3% desde meados de setembro até a semana passada.

Na última segunda-feira, 14, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (Cepea) informou, em relatório, que a demanda pelo etanol anidro continua aquecida, devido ao aumento de consumo da gasolina, o que não afetou o etanol hidratado.

“Inclusive, em um cenário de proximidade do encerramento da safra 2022/23 no Centro-Sul e de foco das usinas na entrega de produto via contrato de ano-safra, algumas distribuidoras estudam adquirir novas quantidades do anidro no mercado spot paulista”, afirmou o Cepea.

Futuro

De acordo com o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), James Thorp Neto, a maior preocupação do setor no momento é a provável alta em relação ao preço dos combustíveis que deve ocorrer a partir de 1º de janeiro, quando termina o prazo para a vigência da redução dos impostos Cide e PIS-Cofins sobre os combustíveis, que ajudou a elevar as vendas dos postos de abastecimento.

“Estamos com uma grande expectativa do que vai ocorrer em relação à questão da carga tributária. Os impostos foram zerados e poderá ter um impacto nas vendas a partir de 1º de janeiro. Ainda não sabemos como vai ser”, afirma.

O economista e pesquisador Edmar Almeida, do Instituto de Energia da PUC-RJ, concorda que a recente alta da gasolina é puxada pelo encarecimento do etanol anidro, de natureza sazonal, mas que também é uma reação à escalada das cotações internacionais do combustível, que baliza a política de preços dos agentes privados no mercado.

“No caso do etanol, estamos em um momento de entressafra e a demanda de etanol continua alta. É normal o preço subir nesse período. Faz parte do script essa variação do preço no fechamento da safra”, diz Almeida. “Mas esse preço também evolui de acordo com o mercado internacional, principalmente as refinarias totalmente privadas. O mercado nacional segue de perto o preço de importação. Esse preço tinha caído muito até outubro, mas voltou a subir, principalmente nos últimos dias”, continua o especialista.

“Estes dois fatores – outros ofertantes e preço do etanol anidro – fazem com que, mesmo a Petrobras não reajustando o preço dos combustíveis, haja mudança, que nestes últimos dois meses foram aumentos, no preço final”, arremata o economista Eric Gil Dantas, do Observatório Social do Petróleo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/11/2022

DESEMPREGO RECUA EM SEIS ESTADOS NO TERCEIRO TRIMESTRE, APONTA IBGE

Na média nacional, taxa de desemprego cai de 9,3% no segundo trimestre para 8,7% no terceiro trimestre deste ano, segundo dados da Pnad Contínua

Por Daniela Amorim

RIO - A taxa de desemprego recuou de forma significativa em apenas seis das 27 Unidades da Federação na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Os dados foram divulgados nesta quinta-feira, 17, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado indica que a oscilação ficou dentro da margem de erro da pesquisa em 21 Unidades da Federação. Apenas seis estados tiveram redução significativa do ponto de vista estatístico na taxa de desemprego no período: Paraná, Minas Gerais, Maranhão, Acre, Ceará e Rondônia.

No terceiro trimestre, as maiores taxas de desocupação foram as da Bahia (15,1%), Pernambuco (13,9%) e Rio de Janeiro (12,3%). As menores taxas ocorreram em Rondônia (3,9%), Mato Grosso (3,8%) e Santa Catarina (3,8%).

Na média nacional, a taxa de desemprego desceu de 9,3% no segundo trimestre para 8,7% no terceiro trimestre deste ano. Em São Paulo, o resultado recuou de 9,2% para 8,6%, movimento considerado estável dentro da margem de erro.

Desemprego de longa duração



No terceiro trimestre de 2022, o País tinha 2,575 milhões de pessoas em situação de desemprego de mais longo prazo, ou seja, em busca de um trabalho há pelo menos dois anos. O contingente equivale a 27,2% do total de 9,460 milhões de desempregados existentes no período.

Se considerados todos os que procuram emprego há pelo menos um ano, o total de pessoas em situação de desemprego de longa duração sobe a 3,678 milhões, o correspondente a 38,9% da população desocupada.

Havia 1,103 milhão de pessoas buscando emprego há pelo menos um ano (e há menos de dois anos). Outros 4,208 milhões de brasileiros procuravam trabalho há mais de um mês, mas há menos de um ano. Um total de 1,573 milhão de brasileiros tentava uma vaga de emprego há menos de um mês.

Houve melhora no desemprego de mais longa duração em relação ao terceiro trimestre de 2021: o contingente de pessoas em busca de trabalho há pelo menos dois anos diminuiu 33,8%. No entanto, essa população ainda é 76,6% maior que a registrada há uma década, quando o País tinha 1,458 milhão de desempregados procurando vaga por dois anos ou mais.

Melhora concentrada na renda

Quanto aos rendimentos de quem estava trabalhando, a alta verificada no terceiro trimestre de 2022 ante o mesmo trimestre de 2021 foi puxada por um crescimento estatisticamente significativo das remunerações em apenas cinco estados brasileiros.

Os avanços que superaram o intervalo de margem de erro da pesquisa ocorreram no Piauí (18,4%), Mato Grosso (15,7%), Amazonas (11,6%), Mato Grosso do Sul (11,6%) e Paraná (4,5%).

“Quando a gente abre (o resultado) pelas unidades da federação, a maioria ainda não registra esse crescimento. Elas podem até estar registrando essa tendência (de alta), mas foram essas cinco que registraram crescimento estatisticamente significativo”, afirmou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

No terceiro trimestre, o salário médio real do trabalhador ocupado no País era de R\$ 2.737, 2,5% a mais que os R\$ 2.670 recebidos um ano antes.

Em São Paulo, a renda média (R\$ 3.319) era superior à média nacional no terceiro trimestre, mas houve uma queda anual – R\$ 17 a menos que um ano antes, um recuo de 0,5%.

No Rio de Janeiro, a renda média era de R\$ 3.275, R\$ 109 a mais que um ano antes – uma alta de 3,5%. Em Minas Gerais, a renda média foi de R\$ 2.433 no terceiro trimestre, R\$ 53 a mais que um ano antes, uma alta de 2,2%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/11/2022

BOULOS DIZ QUE NOVO GOVERNO VAI REVISAR DECRETOS E PORTARIAS LIGADOS À PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Objetivo não é mexer com o novo marco, que foi aprovado pelo Congresso em julho de 2020, mas sim com atos de Bolsonaro, como portarias e decretos, que estão relacionados ao setor. Boulos criticou ainda “superpoderes” dados à agência reguladora ANA

Por André Borges e Amanda Pupo

BRASÍLIA - O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse que o governo eleito vai revisar atos do presidente Jair Bolsonaro ligados ao processo de privatização do saneamento básico. O objetivo é passar um pente-fino em decretos e portarias que Bolsonaro tenha editado em relação ao setor.

Boulos integra o grupo de Cidades na equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Esse grupo ficou responsável por fazer um diagnóstico de temas como habitação, saneamento básico e mobilidade urbana.

O marco legal do saneamento foi sancionado em julho de 2020 pelo Congresso Nacional. O governo Bolsonaro afirma que o processo, que basicamente incentiva a privatização no setor, já teria atraído R\$ 72,2 bilhões em investimentos para o setor, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

“Revisão legal, a equipe de transição não tem nem prerrogativa de propor. O marco do saneamento foi aprovado no Congresso Nacional. Isso vai ser um debate que o governo do presidente Lula, uma vez assumido, vai tomar. O que nós temos prerrogativa de propor é revisão infralegal, de decretos e portarias, isso será feito”, disse o deputado eleito. “Esse debate vai ser feito de forma adequada, junto dos técnicos de cada área, a partir da semana que vem. A gente espera ter a equipe técnica toda instalada já na segunda-feira, trabalhando no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil).”



Deputado eleito, Guilherme Boulos (PSOL-SP) diz que fará pente-fino em atos infralegais de Bolsonaro, voltados ao processo de privatização do saneamento básico. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Não foram detalhados, até o momento, que atos específicos seriam revogados pela equipe. Esse trabalho será feito nos próximos dias, segundo Boulos. “A posição da maior parte dos partidos que sustentam a coligação do presidente Lula no próprio Congresso,

quando foi votado o marco, é que é muito prejudicial o processo de privatização do saneamento. É muito prejudicial você ter uma agência reguladora como a Agência Nacional de Águas (ANA), com superpoderes, e sem controle da sociedade.”

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 17/11/2022*



VALOR ECONÔMICO (SP)

TOTALENERGIES E PRUMO FECHAM ACORDO PARA EÓLICAS EM ALTO-MAR NO PORTO DE AÇU

Porto do Açú conta com 2,4 GW de projetos de energia renovável em desenvolvimento, sendo uma plataforma para a industrialização de baixo carbono

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



O acordo celebrado é mais uma etapa para o desenvolvimento de energias renováveis — Foto: Reprodução/LinkedIn

A TotalEnergies e a Prumo Logística firmaram um acordo para o desenvolvimento de parque eólico offshore (no mar) no Porto do Açú. A empresa francesa deve desenvolver por até dois anos estudos de viabilidade para a implantação de torres em alto-mar com até 3 gigawatts (GW) de potência instalada. O

objetivo é usar o Porto do Açú como hub logístico e de energia renovável.

Ao comentar o acordo, o diretor presidente da Prumo, Rogério Zampronha, ressaltou que a empresa está em fase de atração de fábricas que tenham sinergia com esse negócio.

O Porto do Açú conta com 2,4 GW de projetos de energia renovável em desenvolvimento, sendo uma plataforma para a industrialização de baixo carbono. Segundo a empresa, a projeção é que 20 GW de energia eólica offshore possam ser produzidas na costa próxima ao Açú.

O Porto também anunciou recentemente projetos com a Shell Brasil, Equinor, EDF Renewables, entre outras empresas para avaliação de projetos de energia eólica, solar e hidrogênio verde.

O acordo celebrado é mais uma etapa para o desenvolvimento de energias renováveis e vem na esteira da recente notícia das portarias do Ministério de Minas e Energia (MME) que definem os regramentos e diretrizes complementares para cessão de uso de áreas fora da costa.

A Abeeólica, associação do setor eólico, prevê que os primeiros leilões aconteçam já no ano que vem. Com o andamento do processo de licenciamento ambiental, a expectativa é de que, antes de 2030, os primeiros aerogeradores na costa brasileira estejam funcionando.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/11/2022

INEPAR ANUNCIA FIM DE PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AÇÕES DISPARAM

Ações da Inepar fecharam hoje com salto de 34% (PN) e 32,1% (ON), cotadas a R\$ 1,58 e R\$ 1,77, respectivamente, após o anúncio do fim do processo de recuperação judicial

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo



— **Foto: Reprodução/Inepar**

As ações da Inepar fecharam esta quinta-feira (17) com salto de 34% (PN) e 32,1% (ON), cotadas a R\$ 1,58 e R\$ 1,77, respectivamente, entre as maiores altas do mercado, após a companhia anunciar que foi decretado o fim do processo de recuperação judicial na 1ª vara de falências e recuperações judiciais do Tribunal de Justiça

do Estado de São Paulo.

A companhia do setor de infraestrutura enfrentava recuperação judicial desde 2014, após a Petrobras romper um contrato de R\$ 1,3 bilhão com uma de suas subsidiárias em meio à Operação Lava-Jato.

Na sentença divulgada hoje, o juiz Leonardo Fernandes dos Santos, que decretou o fim do processo, escreve que houve o adequado cumprimento das obrigações previstas no processo de recuperação judicial, que venceram durante o biênio de fiscalização. Ele acrescenta que o encerramento do processo “não exige a recuperanda de cumprir o plano”, mas afasta a supervisão judicial.

No pregão, as ações preferenciais registraram volume financeiro de R\$ 9,6 milhões, pouco mais de cinco vezes o valor da véspera, enquanto as ações ordinárias atingiram volume de R\$ 15,1 milhões, quase quatro vezes o registrado na sessão anterior.



Para o economista-chefe da Messem Investimentos, Gustavo Bertotti, o fim do processo de recuperação judicial mostra que a empresa “vem fazendo o dever de casa”, mas não significa que o problema esteja solucionado.

“Vimos hoje uma animação em cima da notícia, mas não quer dizer que o movimento vá se sustentar”, avalia Bertotti. “É uma empresa que tem dívidas altas e que atua em um cenário desafiador e competitivo, ainda impactado pelos juros altos e pelo atual cenário macro conturbado”. Ele diz ainda que agora a empresa começa a ser observada em termos de fundamentos, como endividamento e geração de caixa.

Na avaliação do head de análise fundamentalista da Benndorf Research, Niels Tahara, o fim da recuperação melhora a percepção de mercado, assim como a competitividade da companhia para concorrer a novos contratos e em licitações maiores.

“Na prática, a companhia inicia uma nova fase, mas com ativos que possuem valor e, se rentabilizados de forma correta, podem trazer retornos”, afirma Tahara. “Os riscos ainda são altos, uma vez que a companhia precisa voltar a gerar receita operacional relevante, mas a um preço que pode ser interessante pelos ativos que possui”.

No terceiro trimestre deste ano, a Inepar registrou prejuízo líquido de R\$ 63,4 milhões, revertendo lucro de R\$ 701 mil de um ano antes. As receitas somaram R\$ 2,07 milhões entre julho e setembro, queda de 18,8% sobre o mesmo período de 2021.

De acordo com a companhia, o prejuízo reflete as correções dos seus passivos financeiros, totalizando R\$ 168 milhões, principalmente a dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/11/2022

BNDES DIVULGA EDITAL DE RODOVIAS EM MINAS GERAIS

Leilão está previsto para o dia 8 de março de 2023 na B3, em São Paulo

Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou em comunicado a publicação nesta quinta-feira de edital de Programa de Concessões Rodoviárias para Minas Gerais.

A publicação, com apoio do BNDES, foi feita pelo Estado de Minas Gerais, via Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra). No edital, é detalhado que as concessões totalizam 432,8 quilômetros (km).

As vias estão localizadas entre São Sebastião do Paraíso e Três Corações, abrangendo 22 municípios. O leilão está previsto para o dia 8 de março de 2023 na B3, em São Paulo.

Ainda de acordo com detalhamento oferecido pelo BNDES sobre o tema, em comunicado, o lote demandará investimentos estimados em R\$ 2,6 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão, sendo R\$ 1,3 bilhões nos oito primeiros, incluindo trechos de duplicação.

A expectativa, segundo o banco, é que os recursos ampliem segurança e conforto nas vias, com inclusão de serviços para os usuários, como socorro mecânico, atendimento médico, combate a incêndios e apreensão de animais.

Além disso, o vencedor do leilão deverá realizar a duplicação de trecho de aproximadamente oito km entre as cidades de Varginha e de Três Corações; a implantação de cerca de 30 km de faixas adicionais e de 236 km de acostamentos; além da execução de diversos dispositivos nas interseções rodoviárias.

A concessionária que vencer a concessão ficará responsável por serviços de operação, manutenção e conservação dos trechos ao longo dos 30 anos de contrato, informou o banco.

O critério para definição do vencedor do leilão será o de maior desconto sobre o valor de face da tarifa-base. Caso haja empate ou o desconto proposto chegue a 20%, os interessados ofertarão lances sobre o valor de outorga, informou o banco.

A instituição de fomento informou também que, na área de meio ambiente, a concessionária terá que realizar inventário de emissões de gases de efeito estufa anualmente com metas voluntárias de redução de emissões. Também será desenvolvido plano de implantação de estruturas para gestão de recursos naturais e eficiência energética e análise de risco de desastres naturais e mudanças climáticas, informou o banco.

No comunicado, o BNDES lembrou que, na quarta-feira dia 16 de novembro, o governo de Minas Gerais assinou contratos de duas outras concessões rodoviárias. Os trechos do Triângulo Mineiro serão geridos pela concessionária “Rodovias do Triângulo” e os do Sul de Minas, pela “Rodovias do Sul de Minas”, que venceram os leilões realizados em agosto, lembrou o banco.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/11/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SEPETIBA TECON RECEBE 9 NOVOS RTGS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/11/2022 - 15:11



O Sepetiba Tecon acaba de receber nove novos RTGs (Rubber Tyre Gantry Crane) para reforçar sua infraestrutura na retroárea. Com os novos equipamentos, o terminal ampliará a sua capacidade de atendimento dando mais agilidade às movimentações de carga. A previsão é que os nove RTGs estejam 100% operacionais no primeiro trimestre de 2023.

Os novos RTGs, da marca Kalmar, combinam tecnologia diesel e elétrica, são equipados com sistemas que trabalham de acordo com a energia exigida, spreaders elétricos e pneus que permitem pressão mínima no solo, o que gera menos emissões e ganho para o meio ambiente. Além disso, esses equipamentos possuem direção automatizada que controla automaticamente os RTGs com um grau de precisão de centímetros, melhorando a eficiência operacional do terminal.

A aquisição desses novos equipamentos, entre outros investimentos futuros, faz parte do plano estratégico, apresentado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e à Companhia Docas do Rio de Janeiro, que prevê investimentos da ordem de R\$ 560 milhões com o objetivo de alinhar o terminal às tendências e evolução do mercado marítimo de transporte de contêineres.

Segundo Pedro Brito, diretor-presidente do Sepetiba Tecon, a tendência é que os armadores exijam, cada vez mais, instalações portuárias capacitadas para operar grandes navios com até 15.000 TEUs. A expectativa da empresa com todos esses investimentos é, fomentar o comércio exterior do Rio de Janeiro com diversos países e fazer do terminal o principal hub port para os navios de grande porte da região sudeste. “Contamos com um dos maiores calados da Costa Leste da América do Sul e o maior da região sudeste, com 15,4m para entrada e saída de navios porta-contêineres. Além

disso, temos autorização para receber os navios da classe New Panamax com até 367m de comprimento e 52m de largura. Todos os nossos esforços estão sendo direcionados para evoluir junto com as demandas do mercado”, diz Brito.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2022

SOCIEDADE CIVIL REPUDIA ATRACAÇÃO FORÇADA DE PORTA-AVIÕES NO PORTO DE SUAPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/11/2022 - 14:05

Empresa portuária recebe manifestações de apoio e pedidos de providências para não permitir a entrada do navio no porto

Entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, pescadores, moradores e academia se mobilizam para repudiar a possibilidade de atracação do porta-aviões Paulo” no Porto de Suape. A atracação, pela Capitania de Portos de Pernambuco, aconteceu porque a operação foi proibida Justiça Federal.



"São ventilada não pela

Na tarde do feriado da Proclamação da República (15), dezenas de ativistas se concentraram em frente à sede da dos Portos, no bairro do Recife, munidos de faixas e cartazes, para chamar a atenção da população para o problema. “Estamos muito preocupados com o potencial perigo que o porta-aviões possa trazer ao meio ambiente. Todos já sabem da carga de amianto e que a embarcação foi pintada com cadmio, um elemento que pode conter radioatividade. Por isso, é importante que a sociedade pernambucana esteja atenta aos riscos que estamos correndo”, disse o ambientalista Alexandre Carvalho, presidente do Instituto de Pesquisa e Preservação Ambiental Oceanário de Pernambuco, um dos ativistas que lideraram o protesto.

Capitania

A ação judicial foi impetrada pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE) e pelo Complexo Industrial Portuário de Suape. A liminar, com tutela antecipada, foi expedida na noite do dia 9 de novembro. A não atracação do comboio em Suape foi recomendada por meio de notas técnicas da Coordenadoria de Operações Portuárias e da Diretoria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, ambas do Porto de Suape, além da Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH).

“Chamamos a atenção para os significativos problemas de uso da infraestrutura pública no Porto de Suape que poderiam ser acarretados com a entrada da embarcação. Receia-se que toda a cadeia de prestadores de serviço logísticos possa vir a ser afetada por causa do uso, sem prazo definido, pelo porta-aviões”, critica a nota da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Em praticamente todos os demais pronunciamentos de entidades empresariais e de trabalhadores, os problemas e riscos apontados são os mesmos.

“Em defesa dos interesses das empresas de toda comunidade portuária, dos trabalhadores portuários que podem ficar expostos a material tóxico e do nosso meio ambiente, bem como de todos os cidadãos pernambucanos, são evidentes os riscos econômicos e ambientais que poderão advir dessa situação”, enfatiza a nota divulgada a pela Associação das Empresas de Suape (AsseSuape).

Também divulgaram notas de repúdio o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de Pernambuco (Sindampe); Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de Pernambuco (Sindope); Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop); Associação Brasileira das



Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH); Sindicato dos Estivadores nos Portos do Estado de Pernambuco; Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e o Órgão Gestor de Mão de Obra Suape (Ogmo).

Apelo do fórum Suape

O Fórum Suape-Espaço Socioambiental e outras nove entidades representativas de pescadores, moradores e pequenos trabalhadores das comunidades do território estratégico do complexo industrial portuário também divulgaram nota em repúdio ao pedido de atracação do porta-aviões no porto. A exemplo das empresas e dos sindicatos, externam a preocupação com os danos ambientais que poderiam ocorrer na região, afetando o ecossistema e a sobrevivência de centenas de famílias.

Além do fórum, assinaram o documento a Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Atividade em Cabo de Santo Agostinho (APPACSA), Associação de Moradores e Pequenos Agricultores de Serraria, Associação dos Pequenos Agricultores de Pontes dos Carvalhos, Associação Quilombola Ilha de Mercês, Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores do Engenho Boa Vista, Associação dos Moradores de Nazaré, Colônia Z-08 do Cabo de Santo Agostinho e Representação da Sociedade Civil do Conselho Gestor Paritário do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

Apoio internacional

A decisão judicial também conta com apoio internacional. A administração do atracadouro recebeu e-mail de solidariedade da Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), que reúne as autoridades portuárias das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe. “A Autoridade Portuária e o Governo do Estado peticionaram e receberam apoio jurídico preventivo da Justiça Federal do Brasil para evitar uma ação forçada da Marinha para receber o porta-aviões no atracadouro pernambucano. A medida pode causar riscos ambientais, sanitários e operacionais”, relatou a entidade, com sede em Washington, capital dos Estados Unidos.

O imbróglio

A liminar de urgência impedindo a atracação do porta-aviões foi expedida pelo juiz federal Ubiratan de Couto Maurício. O magistrado determinou ainda multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. A operação de atracação por arribada — quando o terminal é forçado a receber a embarcação, mesmo que não autorize o seu ingresso pela via administrativa, por razões justificadas — foi comunicada pela Marinha ao Porto de Suape em documento na noite de terça-feira (8).

Vendido para desmanche para a empresa turca Sök Denizcilik, o casco do antigo porta-aviões, levado pelo rebocador "Alp Centre", partiu do Rio de Janeiro em agosto de 2021, mas foi impedido de passar pelo Estreito de Gibraltar, entre a Europa e a África, após o Ministério de Meio Ambiente turco suspender o consentimento para a importação da embarcação. Desde então, vaga pelo Oceano Atlântico. Nenhum porto aceita recebê-lo por levar pelo menos dez toneladas de amianto e pela suspeita de que esteja contaminado com resíduos tóxicos e radioativos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2022

PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO FOI DE 668 MIL BARRIS POR DIA EM SETEMBRO

Da Redação OFFSHORE 17/11/2022 - 14:08

A média de produção de petróleo no regime de partilha de produção foi de 668 mil barris por dia (bpd) em setembro. A produção apresentou redução de aproximadamente 7% em relação a agosto, principalmente devido a parada programada no FPSO Pioneiro de Libra. Atualmente, seis contratos estão em produção, sendo Búzios responsável por 396 mil bpd, seguido de Sépia (101 mil bpd), Libra (83 mil bpd), Atapu (77 mil bpd), Entorno de Sapinhoá (7 mil bpd) e Sudoeste de Tartaruga Verde (4 mil bpd).



A produção média de petróleo de direito da União nos contratos foi de 22,5 mil bpd, sendo a maior parte oriunda de Libra (12,9 mil bpd). Os dados são do Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção elaborado pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) e divulgado nesta quinta-feira (170).

Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha de produção, até setembro, foi de 272 milhões de barris de petróleo, dos quais 17,7 milhões são de direito da União.

Gás natural

A produção do gás natural com aproveitamento comercial, em setembro, apresentou média de 2,6 milhões de m³/dia em três contratos, sendo 2,4 milhões de m³/dia oriundos de Búzios, 180 mil m³/dia do Entorno de Sapinhoá e 29 mil m³/dia de Sudoeste de Tartaruga Verde. O resultado é 22% superior ao mês de agosto, em virtude, sobretudo, do aumento na produção de Búzios.

A União, no mesmo mês, teve direito a uma produção média de 43 mil m³/dia, sendo a maior parte oriunda de Búzios (34 mil m³/dia), redução de aproximadamente 71% em relação a agosto devido ao aumento na recuperação de custos no Entorno de Sapinhoá. Desde 2017, a produção acumulada de gás natural com aproveitamento comercial, até setembro, soma 787 milhões de m³, sendo a parcela da União de 139 milhões de m³.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 17/11/2022